

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

TALLITA SEHN

**POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS VOLTADAS AO APOIO A ARRANJOS
PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 2000**

**Porto Alegre
2016**

TALLITA SEHN

**POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS VOLTADAS AO APOIO A ARRANJOS
PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 2000**

Trabalho de conclusão submetido ao
Curso de Graduação em Ciências
Econômicas da Faculdade de Ciências
Econômicas da UFRGS, como requisito
parcial para obtenção do título Bacharela
em Economia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Tatsch

Porto Alegre

2016

TALLITA SEHN

**POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS VOLTADAS AO APOIO A ARRANJOS
PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 2000**

Trabalho de conclusão submetido ao
Curso de Graduação em Ciências
Econômicas da Faculdade de Ciências
Econômicas da UFRGS, como requisito
parcial para obtenção do título Bacharela
em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ana Lúcia Tatsch – Orientadora
UFRGS

Profa. Dra. Gláucia Angélica Campregher
UFRGS

Prof. Dr. Glaison Augusto Guerrero
UFRGS

CIP - Catalogação na Publicação

Sehn, Tallita

Políticas públicas federais voltadas ao apoio a arranjos produtivos locais no Brasil a partir dos anos 2000 / Tallita Sehn. -- 2016.

72 f.

Orientadora: Ana Lúcia Tatsch.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Aglomerações. 2. Arranjos produtivos locais. 3. Políticas públicas federais. I. Tatsch, Ana Lúcia, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço muito aos meus pais Luiz Airton Sehn Schneider e Maria de Lourdes Schneider e, ao meu irmão, Alysso Sehn, por todo o apoio e incentivo durante toda a faculdade e durante a realização desse trabalho, sendo pessoas fundamentais em toda a minha formação.

Agradeço à Profa. Dra. Ana Lúcia Tatsch pela atenção, pelo suporte e tempo dedicados a me ajudar na orientação desse trabalho.

Agradeço, por fim, a todos os meus amigos que sempre estiveram ao meu lado e a todos que estiveram envolvidos na minha formação, de alguma maneira.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução das políticas públicas de apoio a arranjos e sistemas produtivos locais no Brasil, em nível federal, a partir dos anos 2000. No decorrer do trabalho são revisados enfoques teóricos relativos às aglomerações produtivas, assim como examinadas as características dos arranjos produtivos locais (APL) e a importância das políticas públicas voltadas aos APLs. Em relação às políticas públicas, busca-se evidenciar a análise histórica das políticas de apoio aos APLs, seus instrumentos de apoio e também analisar as despesas orçamentárias efetuadas em ações de apoio aos arranjos com base em dados secundários obtidos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal e nos sites das instituições pertencentes ao Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais. Verificou-se que há uma longa trajetória de apoio a APLs, em nível federal e vários instrumentos de apoio têm sido executados pelos membros do GTP-APL. Com relação aos instrumentos, esses direcionaram-se especialmente a financiamentos, créditos, incentivos e benefícios. Em contrapartida, um menor número de ações voltou-se ao apoio à inovação. Verificou-se, ainda, que dos valores orçados nos diferentes Planos Plurianuais apenas uma parcela foi de fato executada.

Palavras-chave: Aglomerações. Arranjos produtivos locais. Políticas públicas federais.

ABSTRACT

This study aims to analyze the evolution of support public policies for arrangements and public local productive systems in Brazil, in a federal level, as from 2000. Throughout this work I will revise theoretical approaches concerning the productive agglomerations and also examine the characteristics of the local productive arrangements (LPA) and the importance of public policies directed to LPAs. Regarding the public policies, I seek to show the historical analysis of the policies in support of the LPAs, their support instruments and also analyze budgetary expenditure made in support actions for arrangements based on secondary data obtained in Integrated Planning System and Budget of the Federal Government and in sites of the institutions belonging to the Permanent Working Group for local productive arrangements. It was checked that there is a long history of supporting LPAs, in a federal level, and various support instruments have been carried out by members of the GTP-APL. Regarding the instruments, they were directed specially to financing, credits, incentives and benefits. On the other hand, a lower number of actions was directed to supporting innovation. It was checked that the budgeted values in different multiannual plans just a portion was actually performed.

Keywords: Agglomerations. Local productive arrangements. Federal public policies.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Principais categorias de apoio dos instrumentos oferecidos pelos membros do GTP-APL.....	35
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Apoio à pesquisa e à inovação em APLs (valores em milhares de reais)	44
Tabela 2 - Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado (valores em milhares de reais)	46
Tabela 3 - Estruturação e dinamização de APLs em espaços sub-regionais (valores em milhares de reais)	47
Tabela 4 - Capacitação de recursos humanos para a competitividade (valores em milhares de reais)	47
Tabela 5 – Ampliação e fortalecimento das estruturas produtivas (valores em milhares de reais)	48
Tabela 6 - Promoção de investimentos em infraestrutura econômica (valores em milhares de reais)	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PROXIMIDADE GEOGRÁFICA E ABORDAGENS SOBRE AGLOMERAÇÕES .12	
2.1 A IMPORTÂNCIA DA PROXIMIDADE GEOGRÁFICA	12
2.2 VISÕES DO CONCEITO DE AGLOMERAÇÃO.....	14
2.2.1 Aglomerações e os custos de transação	16
2.2.2 Aglomerações e o aspecto inovativo	17
2.3 ARRANJOS E SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS	19
3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS DE APOIO AOS ARRANJOS.....	22
3.1 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS DE APOIO A APLS	23
3.2 ANÁLISE HISTÓRICA DAS AÇÕES DA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA AOS APLS.....	26
3.3 ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE APOIO AOS APLS DISPONIBILIZADOS PELOS MEMBROS DO GTP-APL.....	34
3.4 ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	42
3.4.1 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	44
3.4.2 Ministério da Integração Nacional.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS.....	55
APÊNDICE A – Membros do GTP-APL e seus respectivos instrumentos de apoio.....	66

1 INTRODUÇÃO

O conceito de arranjos e sistemas produtivos locais começou a ganhar destaque, no Brasil, a partir dos anos 90.

Os arranjos e sistemas produtivos locais compreendem colaboração, mas também competição entre as firmas. Entende-se que a proximidade geográfica entre empresas, mas não só entre elas, também entre outros agentes, como instituições de ensino e pesquisa, de financiamento, associações de representação, entre outras, facilita a troca de informações e conhecimentos entre esses agentes, promovendo vantagens competitivas às firmas localizadas num espaço territorial particular. Logo, essas aglomerações se tornaram objetos de pesquisa no meio acadêmico, como meio de aumentar a competitividade das empresas e do país nos mercados interno e externo, mas também no âmbito normativo, já que passaram a ser alvo de ações de política pública.

Neste contexto, o objetivo do presente trabalho é analisar a evolução das políticas públicas no Brasil, em nível federal, de apoio a arranjos e sistemas produtivos locais, a partir dos anos 2000. Como objetivos específicos busca-se estudar como se operacionalizaram, historicamente, as políticas públicas federais de apoio aos APLs, analisar os instrumentos de política de apoio aos arranjos e observar os dispêndios orçamentários em ações de apoio aos arranjos, no decorrer dos anos.

A ideia dos arranjos e sistemas produtivos locais centra-se na questão de que os aglomerados de empresas auxiliam no desenvolvimento econômico do país. A aglomeração expande a colaboração entre as empresas, criando uma rotina e um aumento de confiança entre os atores, além de aquisição de conhecimento, por meio do processo inovativo. Nesse sentido, a cooperação é a chave. No entanto, a competição entre as firmas existentes dentro do “arranjo”, também adquire um papel fundamental no desenvolvimento das firmas e, conseqüentemente, do aglomerado. Tendo em vista essa “competição interna”, as empresas acabam por se compararem mais umas às outras e buscam, cada vez mais, a diferenciação produtiva, tendo como objetivos a sobrevivência no mercado e o lucro. As empresas competem entre si em busca de crescimento, forçando, muitas vezes, que algumas inovem cada vez mais, tanto para se adaptarem ao mercado interno e externo do país quanto para

conseguirem fornecer os produtos ou os insumos demandados pelas próprias empresas do aglomerado. Assim, o binômio competição-cooperação (TATSCH, 2013, p. 463) é o que move essas empresas, fazendo com que elas se fortaleçam, crescendo cada vez mais e sobrevivendo no mercado globalizado.

Tem-se o fator aglomeração como um aspecto muito relevante no que tange ao crescimento econômico de um país. Assim, a importância desse estudo pode ser destacada em Tatsch (2013, p. 463 e 464) que menciona um conjunto de autores que acreditam que a concentração regional e setorial de pequenas e médias empresas proporciona maior facilidade para a ação das empresas em conjunto, permitindo ganhos para toda a aglomeração. De um modo geral, na literatura, entende-se que as aglomerações se caracterizam pela concentração geográfica de um setor ou cadeia de produção, onde pode ser estabelecida uma rede de cooperação e uma consequente especialização entre as empresas, o que não se estabelece somente entre firmas, mas também entre elas e instituições de pesquisa. Dessa maneira, para os autores, as aglomerações possibilitam ganhos de competitividade às empresas à medida que se caracterizam por um conjunto de empresas especializadas setorialmente, por uma série de articulações baseadas em trocas comerciais ou de informações e por uma bagagem social e cultural comum que cria uma norma de conduta e de comportamento entre os atores.

Com relação aos procedimentos metodológicos para a realização desse trabalho, foram feitas análises bibliográficas e de dados secundários. Utilizou-se, na análise bibliográfica, literatura pertinente ao tema, bem como materiais referentes aos Relatórios dos Plano Plurianuais de 2004-2007, de 2008-2011 e de 2012-2015, além do Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais. Já a coleta dos dados secundários foi feita a partir do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal e dos sites das instituições pertencentes ao Grupo de Trabalho Permanente em Arranjos Produtivos Locais.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos, além da conclusão. O segundo capítulo abrange as questões referentes à importância da proximidade geográfica e às aglomerações, assim como o conceito de arranjos e sistemas produtivos locais. O terceiro capítulo aborda a implementação das políticas públicas, em nível federal, a partir de 2000, examinando seu histórico e instrumentos, bem como

seu processo de implementação e análise orçamentária. E, por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 PROXIMIDADE GEOGRÁFICA E ABORDAGENS SOBRE AGLOMERAÇÕES

2.1 A IMPORTÂNCIA DA PROXIMIDADE GEOGRÁFICA

Esse capítulo busca explicitar a relevância do território, da proximidade geográfica e, conseqüentemente, das interações entre as empresas para fins de ganhos de escala e competitividade, adicionando ainda o aspecto inovativo.

Uma das questões principais e que deve ser debatida no planejamento e desenvolvimento econômico de um país é, sem dúvida, a dimensão territorial. À importância do território e dos aspectos relacionados a ele. Como trazido por Macedo (2011, p. 105) deve-se “ênfatizar a noção de território, como algo não natural ou imutável, mas como insumo e produto do processo de geração de riquezas ou como um ambiente socialmente construído.”

O que vem sendo debatido, atualmente, é que com o avanço do processo de globalização, cada vez mais, a dimensão local vem perdendo relevância, isso porque, conforme apontado por Diniz (2001, p. 5): “[...] seriam destruídas as barreiras econômicas, sociais, culturais e políticas, entre os países e regiões, criando-se um mundo desterritorializado [...]. No entanto, isso acaba por não ser consensual, pois os aspectos locais trazem muitas vantagens econômicas às empresas.

A importância da proximidade geográfica pode ser explicitada no comentário de Cassiolato e Szapiro (2002, p. 4), no qual eles apontam que “[...] hoje em dia, é amplamente aceito que as fontes locais de competitividade são importantes, tanto para o crescimento das firmas quanto para o aumento da sua capacidade inovativa”.

De acordo com Benko, apesar da emergência do sistema global, a economia mundial não deixa de ser um “[...] mosaico de regiões produtivas especializadas, com processos complexos de crescimento localizado, cada vez mais dependentes, apesar de tudo, das outras regiões” (BENKO, 2002, p. 51 apud TATSCH, 2013, p. 461).

Tendo como referência, aqui, os aspectos inovativos e de transferência de conhecimento, há uma teoria assinalada por Morgan (2004) que relata “a morte da geografia”, devido à digitalização e à globalização.

No entanto, a importância da proximidade geográfica se mantém, pois como o próprio Morgan (2004, p. 5) menciona, uma das maiores deficiências da tese “a morte da geografia” é juntar a questão do alcance espacial com o da profundidade das

relações sociais, tendo em vista que o maior alcance da reciprocidade social – relação mútua - é um pré-requisito essencial para um profundo aprendizado. Para Morgan (2004, p. 7 e 8), vale destacar a Teoria da Conversão de Conhecimento de Nonaka e Takeuchi. Tais autores defendem que o mais poderoso aprendizado vem da experiência direta, da comunicação face-a-face e do uso do corpo, não apenas da mente.

Os dois autores enfatizam o papel da confiança para acelerar a aprendizagem organizacional. Para esses autores, primeiramente, a confiança poupa tempo e esforços, pela capacidade das pessoas de confiarem umas nas outras; segundo, ela reduz riscos e incertezas; e terceiro, ela acelera a aprendizagem, pois as partes têm mais acesso às informações, tendo em vista que as pessoas divulgam mais informações para aqueles em quem elas confiam.

Além disso, Morgan (2004, p. 5) comenta que a proximidade virtual pode muito bem ser um substituto da proximidade física em um contexto de transações padronizadas, mas não em um contexto de transações nas quais existem elevada complexidade, ambiguidade e funções tácitas. Ou seja, o autor comenta que o significado da proximidade física depende da complexidade do projeto (o grau de envolvimento tácito) e do contexto sócio-espacial (o grau de física e cultural distância envolvida) (MORGAN, 2004, p. 8). Assim, para ele, projetos com um alto componente tácito requerem nada menos do que contato pessoal íntimo para ter sucesso (TEECE, 1981 apud MORGAN, 2004, p. 8).

Ainda, segundo ele, as tecnologias digitais podem ser aptas em manter comunidades que já estão formadas, mas elas não são tão boas em criá-las em um primeiro momento (BROWN; DUGUID, 2000 apud MORGAN, 2004, p. 5). Como mencionado pelo próprio autor:

In their different ways these stylized accounts signal a simple, but fundamentally important truth: namely that something gets lost, or degraded, when individuals and organizations communicate at a distance, even when they know each other well (MORGAN, 2004, p. 8).

Além disso, a proximidade geográfica também tem sua relevância ao se tratar da competitividade entre as firmas, tendo em vista que a competitividade individual das firmas, presentes dentro do aglomerado, ainda existe. Como mencionam Gerolamo; Cardoza; Vicari e Carpinetti (2005, p.1255):

A exacerbada competição força a constante comparação, levando as empresas a praticarem *benchmarking* sistematicamente. Portanto, a implantação bem sucedida de ferramentas de melhoria e mudança por parte de algumas organizações pode provocar uma reação em todo o aglomerado, e com isso aumentar a competitividade das empresas, sobretudo as PME's.

E essa “competição interna” acaba por ser muito importante para o desenvolvimento do aglomerado como um todo, tendo em vista o conceito de “eficiência coletiva” mencionado por Erber (2008, p. 19), no qual ele reporta que a eficiência coletiva é derivada da combinação das externalidades e da ação conjunta entre as firmas, que concedem uma vantagem competitiva específica à aglomeração.

Sendo assim, todas as empresas existentes na aglomeração devem buscar crescer e se desenvolver em conjunto para que também haja o desenvolvimento do aglomerado como um todo.

2.2 VISÕES DO CONCEITO DE AGLOMERAÇÃO

Diversos são os autores que discutem as características e peculiaridades de distritos industriais, *clusters*, e arranjos produtivos locais. A literatura nacional e internacional é ampla e nesta seção busca-se demonstrar as visões existentes do conceito de aglomeração.

Uma definição ampla de aglomeração, conforme Cassiolato e Szapiro (2002, p. 12): “[...] incorpora redes de fornecedores, clientes, instituições criadoras de conhecimento, que, conjuntamente, criam/adicionam valor [...]”.

Marshall (1920) foi o primeiro autor a contribuir teoricamente para as análises sobre aglomerações. Conforme Garcia (2006, p. 304), foi o primeiro a enxergar, como base na realidade dos distritos industriais da Inglaterra do final do século XIX, que a presença de uma concentração de firmas em uma determinada região pode prover ao conjunto de produtores ali existentes vantagens competitivas. Vantagens essas, que não poderiam ser verificadas se estes produtores estivessem atuando isoladamente. Marshall defendia, ainda, de acordo com Garcia (2006, p. 304), que o processo de aglomeração trazia vantagens competitivas para as empresas, tendo em vista as externalidades positivas geradas pelo ambiente local.

Para Marshall, ainda conforme Garcia, os retornos crescentes de escala acabam por emergir das condições de especialização dos agentes que participam do aglomerado e do processo de divisão social do trabalho, proporcionando, assim, às unidades envolvidas, ganhos de escala externos à firma.

Segundo Tatsch (2013, p. 461 e 462), embora tenha havido contribuições teóricas antigas em relação às aglomerações, como a de Marshall, o papel da dimensão territorial na organização das atividades socioeconômicas e o potencial competitivo das aglomerações de pequenas e médias empresas foram esquecidos pela maioria dos autores da área econômica durante um longo período de tempo. Isso se deu, principalmente, pelo papel adquirido pela grande empresa a partir do padrão de acumulação mundial estabelecido no pós-guerra, quando a estrutura de produção passa a ser apoiada na expansão de grandes unidades produtivas e na fabricação em grande escala.

No entanto, Tatsch (2013, p. 462) e Costa (2000, p. 16) mencionam que devido à crise que ocorreu no modo de produção fordista e à emergência de um novo modelo de produção baseado na flexibilização, a abordagem espacial voltou a ganhar destaque. Os autores também citam Piore e Sabel (1984 e 1989), que analisam a deterioração do desempenho econômico dos países mais avançados economicamente como resultado da limitação do modelo de desenvolvimento industrial com base na produção em série, sugerindo o nascimento de um novo modelo de organização industrial, o qual é denominado pelos referidos autores de “especialização flexível”.

Segundo Vale e Castro (2010, p. 84), a temática da localização espacial, foi introduzida, de forma mais acentuada, na literatura, em meados do século XX, por intermédio dos trabalhos seminais de Walter Isard (1956; 1969), que ressaltou o termo *regional science*, resgatou a literatura passada, sintetizou e ampliou o conhecimento já disponível, abrindo, então, uma nova vertente de reflexão em economia.

Os autores também declaram em Vale e Castro (2010, p. 85) que entre os herdeiros mais diretos de Isard está Paul Krugman, com a teoria do comércio internacional. Conforme Garcia (2006, p. 308), Krugman defendia que a concentração geográfica de produtores, em uma estrutura na qual há concorrência imperfeita, é capaz de proporcionar para as firmas retornos crescentes de escala. Assim, segundo Krugman, a importância da dimensão regional acaba por ser justificada pelo fato de

que tais externalidades são apropriadas não no âmbito nacional, mas sim, nos níveis regional e local. Ainda, Krugman defende que: “[...] os principais determinantes do comércio internacional passam a ser não as vantagens comparativas, mas, sim, os retornos crescentes de escala decorrentes da aglomeração de produtores” (GARCIA, 2006, p. 309). Isto posto, essa análise mais voltada para o comércio internacional é, justamente, um dos componentes que explicita e reforça que o processo de globalização não vem diminuindo a importância da dimensão local. O aspecto local adquiriu e continua adquirindo cada vez mais força quando se trata do fortalecimento e desenvolvimento de empresas no mundo, principalmente, em países em desenvolvimento, os quais competem, no comércio internacional, com países economicamente mais desenvolvidos.

2.2.1 Aglomerações e os custos de transação

Outro enfoque muito relevante sobre o processo de aglomeração de empresas e que merece destaque é a contribuição feita por Williamson (1975; 2005) com a Teoria dos Custos de Transação. Tal teoria engloba tanto o aspecto da produção flexível como também o processo de transferência de conhecimentos e de inovação.

De acordo com Vale e Castro (2010, p. 87 e 88), embora Williamson (1975; 2005) não tivesse realmente uma preocupação direcionada particularmente para a dimensão regional, os seus conceitos relacionados à teoria dos custos de transação acabaram por ser incorporados em várias vertentes de análise sobre aglomeração produtiva.

Conforme Vale e Castro (2010, p. 87) destacam, toda troca vai acabar gerando custos de transação e, no contexto econômico, todo custo de transação, como os relacionados à necessidade de obtenção de informações ou também de controle de contratos, acabam por reduzir a eficiência das relações de troca.

Vale e Castro (2010, p. 87) também complementam que nesse contexto teórico, a cooperação que se estabelece entre as empresas acaba por ser entendida como uma forma encontrada pelo ator racional, no caso, a empresa, para minimizar os custos indesejáveis de transação que poderiam originar-se se ele atuasse de maneira isolada e não de forma cooperativa, tendo em vista um ambiente hostil, dinâmico e imprevisível.

Dado fator também é embasado em Tatsch (2013, p. 467), ao se referir às abordagens trazidas pela “Escola Californiana”, na qual a autora explica que as aglomerações passam a ser vistas como uma maneira de minimizar os custos de transação, porque quando as aglomerações ocorrem, as vantagens da interdependência, como flexibilidade, minimização de riscos e especialização, são elevadas e, quando a proximidade geográfica acaba por não ocorrer, essas vantagens são canceladas, tendo em vista o incremento dos custos ou devido à dificuldade de intensificar as transações.

Assim, a aglomeração diminui os custos de transação, trazendo mais eficiência produtiva para as empresas existentes no aglomerado.

2.2.2 Aglomerações e o aspecto inovativo

Existem, ainda, outras abordagens na literatura que enfatizam a questão das aglomerações locais, como é o caso dos sistemas industriais localizados ou sistemas produtivos locais.

Há divergência entre o conceito de distritos industriais e de sistemas produtivos locais.

Conforme Courlet (1993, p. 11), quando a rede de colaboração entre empresas se der, primeiramente, entre pequenas e médias empresas, fala-se dos distritos industriais. Ele comenta que os distritos representam um conjunto de empresas de pequenas dimensões e que compõem partes independentes de um mesmo processo de produção, que acaba por interagir com uma comunidade de pessoas e que a estrutura de relações existente entre o conjunto de empresas é ocupada em sua maioria por pequenos produtores e trabalhadores da indústria no interior de uma zona territorial delimitada à qual eles pertencem. Sendo assim, o autor complementa que a territorialidade dos distritos acaba por ser, então, um espaço localizado de relações funcionais que se estabelecem entre o conjunto de empresas e a comunidade de habitantes e que delimitam um sistema territorial de trocas entre si.

Já, o sistema industrial localizado pode ser definido, conforme Courlet (1993, p. 10), como uma configuração de empresas que estão concentradas em um espaço de proximidade territorial, em torno de um ou de diversos setores industriais. As empresas acabam por interagir entre si e com o meio sócio-cultural no qual estão inseridas e as relações entre as empresas não são apenas mercantis, mas inclusive

informais, gerando, assim, externalidades produtivas para todo o conjunto de empresas (COURLET, 1993).

Além disso, Courlet (1993, p. 11) complementa que os sistemas “[...] remetem às relações de colaboração a médio e longo prazos entre empresas iguais e/ou autônomas, que realizam produções conjuntas [...]”. Relevante adicionar a colocação do autor de que o setor industrial dominante do sistema não, necessariamente, exclui a existência de diversos ramos industriais, também existem relações bastantes territorializadas entre grandes empresas, entre grandes grupos e pequenas e médias empresas.

Tatsch (2013, p. 466) adiciona a contribuição de Courlet (2001) de que a noção de sistemas produtivos locais não se origina apenas da ideia de distritos industriais, mas também da análise da economia regional sobre inovação. Ela adiciona que “[...] paralelamente às externalidades que afetam a função de produção nos distritos industriais, existem externalidades que nascem a partir do tecido de conhecimentos” (TATSCH, 2013, p. 466). Assim, ela explica que, os efeitos da proximidade espacial acabam por ganhar contornos importantes também em processos inovativos, e a inovação adquire, então, uma conotação mais territorializada.

Isto posto, vê-se outro fator que traz à tona a explicação da importância da proximidade geográfica entre as empresas: o fator inovação. Segundo Cassiolato e Lastres (2005, p. 34), referindo-se à globalização: “Num período marcado pela crescente incorporação de conhecimentos nas atividades produtivas, a inovação passou a ser entendida como variável ainda mais estratégica para a competitividade de organizações e países”.

Outra abordagem que explicita a importância do processo inovativo para o aumento da competitividade das empresas e o desenvolvimento econômico é a visão neo-schumpeteriana e evolucionista. Para essas visões, os processos de inovação que ocorrem em nível da firma, resultam das relações assentadas por ela com outras empresas e organizações, como instituições de pesquisa, setor financeiro, governo e afins (TATSCH *et al.* 2015, p. 194). Isto é, são as interações entre as empresas e as organizações que permitem a troca de informações e de conhecimentos, auxiliando no processo inovativo.

Em conformidade com Tatsch (2013, p. 469 e 470), dentre os trabalhos que se baseiam no pensamento neo-schumpeteriano e evolucionista, pode-se destacar

aqueles que se valem do conceito de sistemas nacionais de inovação. Em Tatsch, fica esclarecido que o conceito de sistema nacional de inovação é sistêmico, pois a *performance* da inovação não depende somente das capacidades inovativas das firmas individuais, mas também de como essas firmas interagem entre si, com o setor financeiro, com instituições de pesquisa e com o próprio governo (JOHNSON; LUNDVALL, 2000, p.113 apud TATSCH, 2013, p. 470 e 471). São todas essas interações que vão gerar o desenvolvimento do sistema.

A partir dessa concepção de Sistema Nacional de Inovação, surge o conceito de “sistemas produtivos e inovativos locais”, do qual se origina o conceito de “arranjos produtivos locais”, que é o conceito utilizado pela RedeSist¹ no Brasil (VALE; CASTRO, 2010, p. 88)

2.3 ARRANJOS E SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS

A presente seção tem como finalidade apresentar o conceito de arranjos e sistemas produtivos locais.

O termo arranjos produtivos locais (APLs) começou a ganhar força a partir dos anos de 1990 e 2000, no Brasil, justamente em um período em que a economia global estava em um período de abertura econômica. Igualmente, por isso, os APLs foram construindo sua importância para a economia dos países, tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento, e, apoiar esses arranjos acabou tornando-se uma opção para aumento de competitividade e de crescimento econômicos.

O conceito de arranjos produtivos locais acaba por combinar as contribuições sobre desenvolvimento advindas da escola estruturalista latino-americana com as contribuições da visão neo-schumpeteriana de sistemas de inovação (LASTRES, 2007).

Lastres (2007) ressalta que um dos pontos centrais da conexão que envolve a abordagem de sistemas de inovação e o pensamento latino-americano sobre desenvolvimento é que para as duas visões os processos de desenvolvimento

¹ “Uma rede de pesquisa interdisciplinar, formalizada desde 1997, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que conta com a participação de várias universidades e institutos de pesquisa no Brasil, além de manter parcerias com outras instituições da América Latina, Europa e Ásia” (REDESIST, 2016).

acabam por se caracterizar por profundas mudanças estruturais na economia. Ela complementa que estas mudanças estruturais são entendidas como resultantes de descontinuidades tecnológicas que acabam por afetar e que também são afetadas pela estrutura social, política e institucional de cada nação. Nesse sentido, ela diz, que o desenvolvimento é também visto como um processo sistêmico, único e específico e, que, tanto a teoria quanto as próprias recomendações de política acabam por ser altamente dependentes de cada contexto particular (FURTADO, 1974, 1983 apud LASTRES, 2007).

O conceito de Arranjos e Sistemas Produtivos Locais, de acordo com o Glossário da RedeSist (2003, p. 7), tem como seu aspecto central a proximidade territorial de agentes econômicos, políticos e sociais.

A partir dessa concepção surge a definição de Sistemas Produtivos Locais, descritos por Cassiolato e Szapiro (2002, p. 12) como aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, que apresentam vínculos consistentes de articulação, cooperação e aprendizagem voltadas à introdução de novos produtos e processos. Sendo os arranjos produtivos locais aquelas aglomerações produtivas cujas interações entre os agentes locais não são suficientemente desenvolvidas para caracterizá-los como sistemas.

Arranjos produtivos e inovativos locais exercem suas atividades, conforme mencionado por Amaral Filho (2011, p. 173), de acordo com a definição da RedeSist (2003), tanto nos setores primário e secundário quanto no terciário, tendo os atores econômicos, políticos e sociais pertencentes ao arranjo vínculos formais ou informais ao desempenharem suas atividades de produção e inovação.

Ademais, entende-se que a abordagem de APLs abrange também, segundo Amaral Filho (2011, p. 174), as relações que estão fora da aglomeração, territorialmente, definida, desde que estejam no âmbito do conjunto de interações e de conectividades estabelecidas pelos próprios atores.

Cada agente econômico pertencente ao arranjo toma suas próprias decisões e tem suas próprias estratégias. Como menciona Amaral Filho (2011, p. 176), as interações realizadas pelos atores são determinadas pela conduta consciente de cada um deles, bem como pela cultura formada pelo coletivo. Isso significa dizer que os atores do sistema social mantêm uma memória própria, resultante da sua aprendizagem específica, mas acabam por se submeter a uma memória coletiva

derivada da aprendizagem que emerge das interações. Assim, muitas vezes, os atores “deixam-se de lado” para contribuir com o coletivo e com o crescimento do aglomerado como um todo.

Como mencionado por Amaral Filho (2011, p. 174), a noção de “arranjo” não deve ser equivocada e confundida com algum estado de precariedade ou de um estágio preliminar de um processo. Segundo ele, não raramente a ideia de “arranjo produtivo” acaba por ser associada ao resultado de algum tipo de “tropicalização” ou “brasileirização” das nomenclaturas que acabaram por alcançar um significativo prestígio na literatura internacional especializada no tema de aglomerações produtivas e localizadas. O autor ressalta que essa associação é incorreta e transforma o conceito de APL em uma “abordagem provinciana”, que fica reduzida às observações de realidades geradoras de micro e pequenas empresas, não raro, informais, que estão envolvidas em ambientes possuidores de baixo nível de governança, por isso, atrasadas do ponto de vista da modernidade ou do estágio avançado do capitalismo.

No entanto, em Amaral Filho (2011, p. 174 e 175), o autor complementa que a abordagem de APL é abrangente e pode ser também aplicada em realidades diversas. Como é sabido, diz o autor, o próprio conceito de sistema produtivo local, inclusive o de sistema de inovação, já vem sendo trabalhados há algum tempo por pesquisadores americanos e europeus. Assim, o que ocorreu foi que “a RedeSist trouxe forte contribuição para a exploração desse conceito ao colocar um foco espacial na estrutura, organização e dinâmica interna do sistema, quando aborda de frente a questão dos arranjos produtivos” (AMARAL FILHO, 2011, p. 175).

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS DE APOIO AOS ARRANJOS

O presente capítulo visa examinar as políticas públicas federais de apoio a arranjos e sistemas produtivos locais a partir dos anos 2000, verificando o foco das ações, sua implementação, bem como os instrumentos adotados e os dispêndios realizados.

Pode-se considerar que o conceito de arranjos produtivos locais implica um desafio à implementação de políticas públicas voltadas a esses espaços, já que não se volta, por exemplo, a apoiar uma empresa em particular, mas sim o conjunto de empresas do aglomerado. Isso, sem dúvida, traz maior complexidade para o desenho de instrumentos e a operacionalização de ações.

Por isso, um planejamento de política pública deve partir de um conhecimento sobre as características dos arranjos. Deve também levar em conta que, em um país como o Brasil, ou seja, em desenvolvimento, as desigualdades econômicas regionais existem, e esse critério deve ser analisado e considerado na hora de implementar essas políticas, pois cada arranjo existente no país tem uma realidade diferente.

Cada arranjo tem aspectos econômicos, sociais, políticos e até mesmo de desenvolvimento diversificados um do outro – estágios de desenvolvimento dos arranjos devem ser considerados – e esses aspectos acabarão por fazer toda a diferença na hora de implementar uma política pública de auxílio ao crescimento econômico desses arranjos e na hora de obter os resultados esperados. Também é necessário, ao se implementar as políticas públicas, identificar qual o papel do arranjo na região ou na economia nacional, pois o arranjo pode ser considerado como uma ferramenta de política para o desenvolvimento econômico do país. Enfim, planejamento estratégico de política e uma pesquisa bem elaborada sobre cada “arranjo” são fundamentais para o bom desempenho das políticas econômicas e para encontrar os reais focos dos problemas.

Conforme Lastres (2007), para o melhor entendimento de um sistema produtivo e, também propor como alavancá-lo, precisa-se conhecer de maneira aprofundada as especificidades desse sistema e também sua importância e função dentro das cadeias, complexos e setores nos quais estão inseridos, bem como das economias regionais e internacionais. Ainda, conforme Furtado (1998) mencionado por Lastres (2007), adotar políticas padronizadas acaba por desconsiderar a existência de dissemelhanças, que decorrem de fatores tanto econômicos quanto de diferenças das matrizes sócio-políticas e das particularidades históricas.

3.1 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS DE APOIO A APLS

Conforme Tatsch e Botelho (2013, p. 16), a literatura nacional vem tratando o tema da dimensão local como um elemento motivador da capacidade inovativa. A partir disso, os arranjos produtivos locais também se tornaram uma forma alternativa de desenvolvimento econômico do país.

Ao se avaliar políticas para arranjos, tem que se levar em consideração suas trajetórias evolutivas, ou seja, seus estágios de desenvolvimento, pois cada estágio acaba por implicar ações diversas e específicas.

Além disso, para Campos (2009) a formulação da política para APLs tem que considerar a função estratégica que o arranjo possa ter. Deste modo, para Campos,

[...] não se trata de criar ou não APLs, mas de após um diagnóstico regional, no qual está logicamente considerado a dimensão produtiva, identificar como as aglomerações ali presentes podem ser instrumentos de política para os objetivos articulados do desenvolvimento produtivo com o desenvolvimento regional do local em questão (CAMPOS, 2009, p. 54-55 apud TATSCH; BOTELHO, 2013, p. 18).

Ao continuar enfatizando a elaboração e implementação das políticas públicas para arranjos produtivos locais, uma outra questão igualmente importante é a do reconhecimento e da compreensão das atividades existentes na aglomeração. É necessário saber como ocorre o funcionamento do “aglomerado”, ou seja, como ocorrem as interações entre as empresas, para que se possa elaborar políticas mais específicas a cada arranjo e que foque nos problemas de cada um, buscando, assim, solucionar os problemas ou minimizá-los.

No fim, o que deve ser analisado ao se implementar políticas é saber qual o tipo de relação existente entre as empresas do arranjo para aplicar políticas que estimulem a maior cooperação e interação entre as empresas para que esse arranjo consiga se desenvolver para um sistema produtivo local, no qual as interações entre os agentes são mais elevadas.

Além dos aspectos já relatados, outro ponto relevante é que, no fim, acaba por se tornar prejudicial à implementação de políticas públicas, em geral, principalmente, no Brasil, é a questão referente à descontinuidade na aplicação das políticas. Focando, especificamente, em arranjos produtivos locais, esse fato tem ocorrido em vários estados brasileiros. Como mencionam Tatsch e Botelho (2013, p. 21 e 22), o Rio Grande do Sul foi o estado pioneiro na inserção de políticas públicas voltadas a arranjos produtivos locais e comentam que a política gaúcha de apoio a APLs acaba por perder importância nos anos subsequentes devido à alternância dos partidos políticos no poder e às consequentes mudanças institucionais. Destacam que esse problema acaba por se repetir em vários estados e que esse aspecto das políticas para arranjos produtivos locais remete à fragilidade do quadro institucional de apoio ao desenvolvimento produtivo, não só do estado do Rio Grande do Sul, mas também de todo o território nacional.

As autoras ainda adicionam que políticas descontinuadas e ênfase em estruturas já consolidadas impedem que se alcancem novos objetivos de uma política de apoio a arranjos produtivos locais, conforme proposta de Cassiolato, Lastres e Szapiro (2000). Nesse sentido, as políticas deveriam mirar na mudança das estruturas locais – econômica e de mercado - em direção à ampliação dos mecanismos de aprendizado – como acumulação e articulação de conhecimento -, à superação de gargalos e ao alcance de economias de escala de caráter coletivo para a obtenção e fortalecimento de economias externas entre os diversos atores do aglomerado, com ações cujo prazo de maturação tende a ser longo.

Desse modo, deve-se ter em conta que políticas de desenvolvimento surtirão efeitos a longo prazo. Assim, ao se executar uma política, deve-se garantir que esta será continuada, para que os objetivos econômicos possam ser alcançados, senão os recursos serão utilizados, mas não de forma eficiente, tendo em vista que, a curto prazo, fica muito difícil de os objetivos serem alcançados.

É importante ressaltar que as políticas federais estão diretamente relacionadas às políticas estaduais. A operacionalização das políticas públicas federais depende da institucionalidade – contexto formal ou social – em nível dos estados. Para a implantação das ações políticas federais é necessário que os núcleos estaduais indiquem quais arranjos produtivos devem ser apoiados, tendo em vista que o país todo acaba por ser um campo muito amplo de análise de arranjos para as políticas federais.

Por fim, mas não menos importante, deve-se dar uma especial atenção à questão da existência dos arranjos institucionais de políticas públicas. Tem-se como arranjos institucionais

[...] o conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses na implementação de uma política pública específica. São os arranjos que dotam o Estado de capacidade de execução de seus objetivos. Ou, em outras palavras, são os arranjos que determinam a capacidade do Estado de implementar políticas públicas (GOMIDE; PIRES, 2014, p. 19 e 20).

Os próprios autores Gomide e Pires (2014, p.19) acrescentam que os arranjos institucionais definem a forma particular de coordenação de processos em campos específicos e acabam por delimitar quem está apto a participar de um determinado processo, o objeto e os objetivos deste processo, bem como as formas de relações entre os atores

O fortalecimento da capacidade do Estado de prestar serviços públicos adequados às necessidades sociais é essencial para o sucesso da estratégia de desenvolvimento. Para isso, o Estado deve ser capaz de inovar em sua atuação e ser hábil para adaptar suas estruturas e regramentos, produzindo arranjos institucionais e modelos de planejamento, gestão e execução capazes de compreender e atender tanto a um projeto nacional quanto às diversas realidades regionais (BRASIL / PLANEJAMENTO, 2015, p. 116).

De acordo com Gomide e Pires (2014, p.19), em torno de cada política se ordenam competências, recursos, mecanismos de coordenação, decisão entre atores tanto de governo quanto de sociedade, por exemplo, além de obrigações de transparência, prestação de contas e controle. Assim, entender o processo das políticas públicas requer aprofundar o olhar nos arranjos institucionais que dão sustentação à implementação destas.

No contexto de um ambiente institucional caracterizado pela existência de instituições representativas, participativas e de controle (social, burocrático e judicial), como é o caso da democracia brasileira, são necessárias também capacidades políticas para a inclusão de diversos atores, a formação de coalizões políticas de suporte para os objetivos e o processamento dos conflitos das estratégias a serem adotadas.

Desse modo, são as regras, processos e mecanismos instituídos pelos arranjos de implementação que explicarão o resultado alcançado por cada política pública (GOMIDE; PIRES, 2014).

3.2 ANÁLISE HISTÓRICA DAS AÇÕES DA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA AOS APLS

De acordo com o Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (2004, p. 3), a estratégia de atuação do Governo Federal para estimular o desenvolvimento do país apoia-se na execução de ações integradas de políticas públicas para APLs. A menção a ações integradas refere-se à atuação conjunta entre órgãos governamentais e não governamentais para a promoção e execução dessas políticas. Tais ações integradas, segundo consta no Termo (2004, p. 9), visam:

O desenvolvimento econômico; a redução das desigualdades sociais e regionais; a inovação tecnológica; a expansão e a modernização da base produtiva; o crescimento do nível de emprego e renda; a redução da taxa de mortalidade de micro e pequenas empresas; o aumento da escolaridade e da capacitação; o aumento da produtividade; e o aumento das exportações.

Ainda, em conformidade com o Termo de Referência, consideram-se arranjos passíveis de apoio aqueles que indicarem, em menor ou maior grau, determinadas características relacionadas a um conjunto de variáveis. Essas são atinentes: à concentração setorial de empreendimentos no território; à concentração de indivíduos ocupados em atividades produtivas relacionadas ao setor de referência do arranjo; à cooperação entre os atores participantes do arranjo (empreendedores e demais participantes; e à existência de mecanismos de governança (BRASIL / MDIC, 2004, p. 6 e 7).

A partir dessa definição o governo federal formaliza as ações de política. Essas ganham destaque nos Planos Plurianuais (PPAs) elaborados a partir dos anos 2000, no Plano Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação de 2007-2010 e na Política de Desenvolvimento Produtivo (2008-2013), entre outros planos (LASTRES *et al.*, 2010, p. 443).

Segundo Tatsch *et al.* (2015, p. 197), foi o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) que iniciou a aplicação da abordagem de APLs em ações de política, com início no final dos anos 1990. Ainda, segundo os autores, foi nesse período inicial que foi introduzida uma ação sobre APLs no Plano Plurianual de 2000-2003, sob responsabilidade do MCT.

Assim, em conformidade com Lemos, Albagli e Szapiro (2004, p. 7), o MCT acabou por ser o ministério pioneiro a privilegiar a abordagem de arranjos produtivos locais. Dado Ministério apoiou, segundo as autoras, a execução de pesquisas e estudos empíricos sobre APLs, por meio de projetos financiados com recursos oriundos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), contando também com bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A partir de 2003, aponta Tatsch *et al.* (2015, p. 199), com a troca de governo, o MCT deixou de ser o órgão responsável para a atuação federal no que diz respeito aos APLs, passando a função ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Os autores adicionam que o MDIC acabou por adotar uma abordagem de APLs com o intuito de consolidar as políticas de apoio às micro e pequenas empresas.

Também em 2003, houve a constituição do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL), formalizado em 3 de agosto de 2004, com a Portaria Interministerial nº 200.

O Grupo é coordenado pelo MDIC por meio da Secretaria Técnica do GTP-APL (Portal APL, 2015).

Dado Grupo de Trabalho, teve, no início, um caráter informal e reuniu vários representantes de diversos Ministérios e instituições. Quando o Grupo foi efetivamente formalizado, apresentou as seguintes finalidades:

Identificar os arranjos produtivos locais existentes no país...; definir critérios de ação conjunta governamental para o apoio e fortalecimento de arranjos produtivos locais, respeitando as especificidades de atuação de cada instituição e estimulando a parceria, a sinergia e a complementaridade das ações; propor modelo de gestão multissetorial para as ações do Governo Federal no apoio ao fortalecimento de arranjos produtivos locais; construir um

sistema de informações para o gerenciamento das ações a que se refere a alínea anterior; elaborar um Termo de Referência que contenha os aspectos conceituais e metodológicos relevantes atinentes ao tema do trabalho (BRASIL / MDIC, 2004, p. 4).

Atualmente, conforme informado no Portal Observatório APL (2015), o GTP-APL é composto por 35 instituições. Adiante, essas são listadas:

- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial;
- Agência Brasileira de Exportações e Investimentos;
- Banco da Amazônia;
- Banco do Brasil;
- Banco do Nordeste;
- Banco Nacional do Desenvolvimento;
- Banco Bradesco;
- Caixa Econômico Federal;
- Confederação Nacional da Indústria;
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba;
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
- Instituto Euvaldo Lodi;
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Ministério da Educação;
- Ministério da Integração Nacional;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Meio Ambiente;
- Ministério de Minas e Energia;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

- Ministério da Saúde;
- Ministério do Turismo;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia;
- Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste;
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;
- Superintendência da Zona Franca de Manaus;

O GTP-APL conta com a ação de núcleos estaduais, os quais têm como função, segundo o Observatório Brasileiro APL (2011), organizar as demandas dos APLs dos diversos estados brasileiros, analisar suas propostas e alavancar as articulações institucionais, visando o apoio demandado.

Ao se analisar os Planos Plurianuais de vários períodos, consegue-se verificar as várias atuações governamentais no apoio aos APLs.

Segundo o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007 (2008, p. 11), referente ao MDIC (Caderno 18), para o desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno e médio porte organizadas em APLs, foram alcançados os seguintes resultados de política:

- a) Atendimento de 540 empresas por meio do Programa Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX);
- b) Realizada a 3ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais, com cerca de 800 participantes e 80 especialistas que discutiram as principais barreiras e entraves ao desenvolvimento dos APLs, as potencialidades de cada setor, a possibilidade de integração e a competitividade dos APLs frente aos desafios empresariais;
- c) Capacitação de gerentes de negócio e de promoção comercial e marketing em 17 APLs.

Conforme o site da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) (2016), o Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX) visa desenvolver a competitividade e promover a cultura exportadora empresarial. Além do mais, o projeto fornece serviços de capacitação e de assessoria gratuita para as empresas de médio e pequeno porte desenvolverem o potencial de exportação e expandirem mercados.

Com referência ao Plano Plurianual de 2008-2011, segundo o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011 do MDIC (2012), algumas ações foram realizadas em apoio ao desenvolvimento de microempresas e empresas de pequeno e médio porte. O intuito das ações realizadas no Plano foi o de melhorar o tratamento privilegiado² a essas empresas nas áreas de tecnologia, formação e capacitação, acesso ao crédito e infraestrutura, comércio exterior, acesso à informação, assim como, implementar políticas públicas de caráter vertical com vistas a promover o desenvolvimento integrado dessas empresas em APLs. Dessa forma, visou-se a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações. As referidas ações do Plano se constituíram em: capacitação para empresas de médio e pequeno porte e para microempresas; realização de financiamento de capital de giro para micro e pequenas empresas pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal; inserção internacional de pequenas e médias empresas; incentivo ao desenvolvimento de micro, pequenas e empresas de médio porte; entre outras ações (BRASIL / MDIC 2012, p. 18 e 19).

No que tange ao Plano Plurianual de 2012-2015, em conformidade com o Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2015, p. 69), no contexto da política de desenvolvimento industrial, evidenciaram-se as políticas de conteúdo local. Tais políticas foram aplicadas por meio de contratos assinados nas rodadas de licitações para o incentivo e a ampliação da indústria naval, articuladas, conjuntamente, com iniciativas voltadas para a implantação e consolidação de pólos industriais, com impacto distribuído na extensão territorial.

De acordo com o Relatório mencionado, o escopo dessas políticas foi o fortalecimento da governança e da conexão entre os setores público, privado e instituições de ensino e pesquisa de cinco territórios precursores, quais sejam os APLs de Suape (PE), Vale do Aço (MG), Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ/RJ, Rio Grande (RS) e Maragogipe/Entorno (BA). Os planos de ação buscavam contemplar uma ampla agenda de desenvolvimento, que englobava

² Havia um tratamento diferenciado à microempresas e empresas de pequeno e médio porte (MPMEs), pois o Programa de Desenvolvimento Local do PPA 2008-2011 mudou seu foco de atuação para o incremento da competitividade das MPMEs. Antes, no PPA 2004-2007, existia o Programa de Desenvolvimento Sustentável, que se direcionava mais para a organização dos APLs (CAMPOS; VARGAS; STALLIVIERI, 2010, p. 50).

aspectos de infraestrutura, qualificação profissional, meio ambiente e capacitação em gestão.

O Ministério da Integração Nacional (MI) também teve ações direcionadas aos APLs. Conforme Lemos, Albagli e Szapiro (2004, p. 12), em 2003, o Ministério da Integração executou atuação direcionada para APLs, estruturada no domínio da Secretaria de Programas Regionais. A sua estratégia de atuação originou-se da consideração de que a divisão por macrorregiões brasileiras não é o bastante para refletir de forma exata as desigualdades socioeconômicas do país, tendo em vista que, em cada uma destas regiões, há tanto áreas dinâmicas quanto áreas estagnadas ou subdesenvolvidas. O que ocorre é que uma atuação por macrorregiões se torna muito ampla, dificultando o reconhecimento das desigualdades regionais e das áreas que realmente necessitam de atenção: as estagnadas e as subdesenvolvidas.

O foco de atuação do MI concentra-se nestas duas últimas áreas – estagnadas e subdesenvolvidas -, com abordagem por mesorregiões como critério para as ações de desenvolvimento. Esse tipo de abordagem pode melhor destacar as desigualdades e proporcionar a promoção da dinamização das atividades econômicas. Sendo assim, busca-se orientar a atuação em torno de políticas sistêmicas, tendo como eixos estruturantes os arranjos e sistemas produtivos locais.

Atualmente, o MI atua por meio da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). De acordo com o site do Ministério (2015), a PNDR possui duplo propósito. Ao mesmo tempo que visa reduzir as desigualdades regionais, também busca ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras, explorando a enorme diversidade que se observa no país. Conforme Batisti (2009, p. 39), é por meio da referida política que o Ministério aposta na estruturação de APLs como sendo uma estratégia central de atuação para o desenvolvimento regional.

Ao buscar concretizar os objetivos da PNDR, o MI criou o projeto Rotas de Integração Nacional (ROTAS). As Rotas de Integração Nacional são redes de APLs interligados setorialmente e territorialmente e promovem a inovação, a competitividade, a diferenciação, e a lucratividade dos empreendimentos associados, por meio da sinergia e da ação convergente das agências de fomento.

Ainda, em conformidade com o site, o projeto tem como objetivo “promover a inclusão produtiva e a integração econômica das regiões menos desenvolvidas do país aos mercados nacionais e internacionais de produção, consumo e investimento”.

Tem-se que, segundo o Ministério, a iniciativa das ROTAS procura criar complexidade³ e consistência⁴ nos APLs identificados por intermédio do envolvimento e da aproximação dos atores relevantes de maneira a equacionar os gargalos da cadeia produtiva priorizada, seja no subsistema insumos, processamento, produção ou comercialização. Com isso, percebe-se uma forte atuação do MI no apoio aos APLs.

Além disso, existe, hoje em dia, o Observatório Brasileiro de Arranjos Produtivos Locais. Dado Observatório foi lançado, recentemente, pelo MDIC e conta com uma rede social desenvolvida unicamente para o portal, e tem como finalidade estimular a interação entre os profissionais dos mais de 1.300 agrupamentos distribuídos pelo país (PORTAL FEDERATIVO, 2014).

Segundo o Portal (2014), a plataforma oportuniza que integrantes de APLs, empresas agrupadas, Núcleos Estaduais e instituições de apoio compartilhem informações de interesse em seus respectivos setores de atuação, além de facilitar a obtenção de dados sobre a atividade econômica e oferecer um espaço para a divulgação das atividades dos arranjos produtivos.

O ambiente da plataforma permite o relacionamento virtual entre os profissionais participantes de maneira similar às redes pessoais convencionais, oferecendo ferramentas para fotos e vídeos, blogs, arquivos digitais, espaços wiki e escritórios virtuais, entre outras alternativas. Cada integrante das organizações que estão aptas a participar do ambiente deve realizar o processo de cadastro, personalizando sua conta e informando seus dados. Após isso, poderá acrescentar colegas, juntar-se a comunidades e usar os dispositivos da rede.

Ainda, conforme o Portal Federativo (2014), o Observatório foi desenvolvido pelo MDIC, em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e demais integrantes do Grupo Permanente em Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL), e tem como objetivos melhorar a gestão e o monitoramento dos APLs, promovendo a interação entre os atores produtivos e ser fonte para o desenvolvimento de indicadores.

³ “Ruelle (1993) associa a complexidade de um sistema à força das interações presentes”. (SELLITTO; GUIMARÃES, 2010, p. 30). No caso dos APLs, seria referente à força das interações e da organização existente no arranjo.

⁴ Segundo Ramos e Campos (2009), diz respeito à consistência estratégica do APL, que seria como um grau de coerência dos critérios de decisão entre as empresas existentes no arranjo.

Por fim, o Ministério de Minas e Energia (MME) também teve uma atuação voltada aos APLs. Esta atuação, de acordo com Lemos, Albagli e Szapiro (2004) se iniciou com a implementação do Fundo Setorial de C&T para Recursos Minerais (CT-Mineral). A intenção de focar em APLs foi de fazer com que as ações deste Ministério possibilitassem o fortalecimento e a dinamização das MPEs de base mineral.

O estudo, denominado de “Identificação e Caracterização de Arranjos Produtivos de Base Mineral e de Demanda Mineral Significativa no Brasil”, estruturado juntamente ao MCT, financiado pelo CNPq, coordenado pelo Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE) e executado, de fevereiro a setembro de 2002, pela empresa de consultoria de Minas Gerais (Instituto Metas – Crescimento Empresarial) possuiu como objetivos:

Identificar as concentrações de pequenas e médias empresas cuja atividade está orientada para a exploração de recursos minerais não metálicos, em todo o Brasil; organizar as informações sobre a base mineral disponível, visando fornecer uma visão georreferenciada do ambiente de negócios existentes nestas concentrações de empresas; identificar as características de organização destas concentrações de empresas, denominadas de aglomerados de empresas, visando subsidiar uma futura estruturação de políticas de competitividade, de tecnologia e de incentivos, entre outras [...] (LEMOS; ALBAGLI; SZAPIRO, 2004, p. 13).

Conforme Perspectiva Mineral (2011), o desenvolvimento de APLs de Base Mineral como política do governo federal consolidou-se na Conferência Nacional de APLs, em 2 de agosto de 2004, juntamente com a assinatura da Portaria Interministerial MDIC nº 200, que criou o GTP-APL.

Também, em 2004, foi constituída a Rede Brasileira de Informações de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral (RedeAPLmineral), responsável pela publicação e propagação das melhores práticas na cadeia produtiva do setor mineral, organizada em APL. Tiveram início, em 2007, os encontros anuais da RedeAPLMineral e, a partir de 2009, os encontros passaram a ser realizados conjuntamente com os seminários nacionais de APLs de base mineral.

Além disso, ainda segundo Perspectiva Mineral (2011), a RedeAPLMineral incorporou, em 2010, o Portal de Apoio ao Pequeno Produtor Mineral (PROMIN) para levar até o produtor mineral, em pequena escala, informações técnicas, econômicas, gerenciais e de legislação, que auxiliassem na melhoria de suas práticas produtivas, ambientais e sociais.

Conforme Plano Nacional de Mineração 2030 (2011, p. 68), o apoio às MPes estruturadas sob a forma de APLs, buscando sua estruturação e seu desenvolvimento, é realizado pelo MME em parceria com o MDIC, por intermédio do GTP-APL. O MME também possui parceria com o MCT - por meio do CT- Mineral e do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) -, com o Ministério da Integração Nacional (MI), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Nordeste (BNB) e com as instituições vinculadas ao MME, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

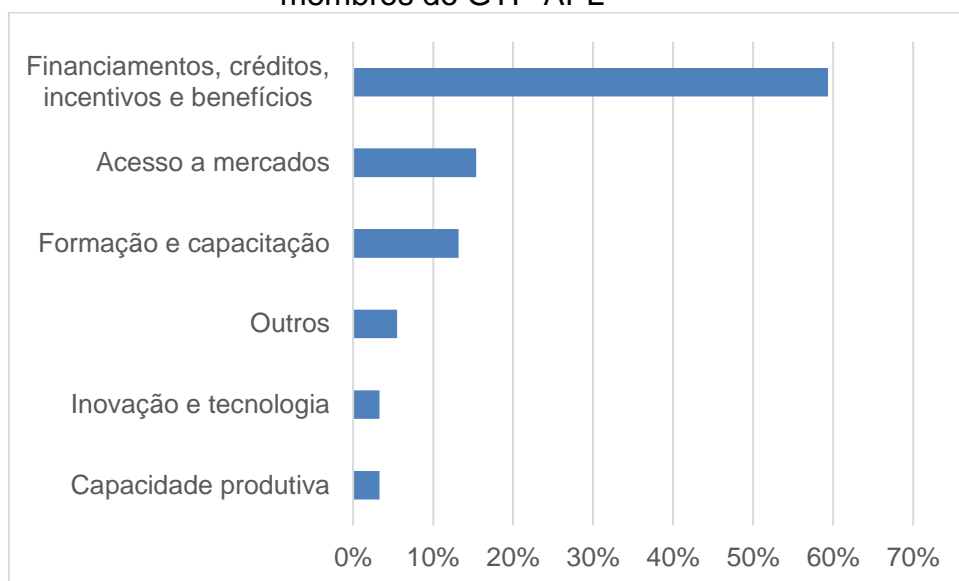
3.3 ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE APOIO AOS APLS DISPONIBILIZADOS PELOS MEMBROS DO GTP-APL

Na presente seção são analisados os instrumentos de apoio aos APLs de alguns membros do GTP-APL⁵. Tal análise foi realizada a partir do exame das informações disponibilizadas por essas diversas organizações que compõem o GTP-APL. Para tanto, foi feita pesquisa junto aos sites destes organismos, buscando identificar os instrumentos que se valem para atuar junto aos APLs, apoiando-os. Um quadro-síntese foi então elaborado com as informações coletadas e é apresentado no Apêndice A ao final do trabalho.

A seguir, apresenta-se o Gráfico 1 que resume, por categoria de apoio, essas informações. É possível examinar o foco, isto é, o campo de apoio do conjunto de instrumentos disponibilizados. Para tanto, procurou-se organizar as informações procurando enquadrá-las nos seguintes eixos: capacidade produtiva; inovação e tecnologia; financiamentos, créditos, incentivos e benefícios; formação e capacitação; acesso a mercados; e outros.

⁵Do conjunto de 35 membros, foi possível organizar as informações disponibilizadas por 18 organizações. Os casos em que não foi viável se deve à indisponibilidade, isto é, não foi possível encontrar esses dados nos sites. Vale comentar que o Portal do Observatório Brasileiro de APLs não disponibiliza tais informações.

Gráfico 1 – Principais categorias de apoio dos instrumentos oferecidos pelos membros do GTP-APL



Fonte: Quadro apresentado no Apêndice A.

Como pode ser analisado no Gráfico 1, a maior parte dos instrumentos de apoio às políticas públicas de apoio aos APLs está relacionada a financiamentos, créditos, incentivos e benefícios que representam 59,34% das ações propostas pelos membros do GTP-APL. Um detalhamento dessas informações está apresentado no “Apêndice A”.

Tais financiamentos estão relacionados à promoção de diversos aspectos, pois envolvem financiamentos a micro e pequenas empresas; à aquisição de máquinas e equipamentos novos; à aquisição de veículos; para investimentos em inovação; para desenvolvimento produtivo; para infraestrutura; modernização de empreendimentos; entre outros. Dados financiamentos são feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco da Amazônia (BASA), Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste (BNB), Bradesco, Caixa Econômica Federal, pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pelo MI.

Ações de Promoção à *Start-Ups* também se enquadram no eixo de financiamento e quem as realiza é a APEX. As Ações de Promoção à *Start-Ups* (uma empresa nova) referem-se à aproximação dos investidores aos *start-ups*, ou seja, incentivar os investidores a aplicarem seu dinheiro nessas novas empresas. Nos instrumentos apresentados há três maneiras de promover *start-ups*: *Demo Days*; Projetos de *matchmaking* e rodadas de negócios com investidores; e Road Shows.

Nas duas primeiras há a aproximação dos investidores e de formadores de opinião dos *startups* selecionados conforme o perfil de cada uma das partes. Na última, há apresentações que são feitas em visitas aos investidores, e ações para a atração e a promoção de investimentos estrangeiros.

As linhas de crédito dizem respeito a créditos para aquisição de máquinas, equipamentos e ferramentas; à capital de giro para as empresas; compra de insumos, matéria-prima, mercadorias; para clientes que necessitam de recurso para aumentar seu estoque e para a aquisição de bens e serviços dos fornecedores; para suprir necessidades de crédito e antecipar recebíveis, como cheque pré-datado, fatura de cartão de crédito, duplicatas etc. Tais linhas de crédito são oferecidas pelo BNDES, pelo Bradesco, pela Caixa Econômica Federal, pelo BASA e pelo BB.

Os incentivos/benefícios fiscais estão relacionados à cobrança de menos impostos com o intuito de incentivar investimentos nas atividades produtivas. Um exemplo são os incentivos fiscais aplicados na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do MI, que tem como objetivo estimular a formação do capital fixo e social em duas regiões, Amazônia e Nordeste, com a intenção de geração de emprego e renda e estímulo ao desenvolvimento social e econômico.

Ainda, os benefícios exclusivos são benefícios oferecidos pelos bancos às empresas, como taxas e condições diferenciadas de pagamento e descontos em títulos. Dados benefícios são oferecidos pela Caixa Econômica Federal. Tais financiamentos, linhas de crédito, incentivos fiscais e benefícios, normalmente, são realizados por intermédio de contratos feitos entre a instituição que oferece o produto ou serviço e as empresas. Com exceção das Ações de Promoção à *Start-ups* que busca investidores para aplicarem recursos no seu negócio por meio de *venture capital* – está relacionada a investimentos de risco em empresas de médio porte.

Em segundo lugar, encontra-se instrumentos voltados à promoção de “acesso a mercados”, representando 15,38% das ações apresentadas. A categoria “Acesso a mercados” relaciona-se a: estudos e análises de mercados; consultorias e assessorias – condicionadas a promover a exportação de produtos e acesso ao mercado internacional; conjunto de serviços para internacionalização; Ações de Promoção de Negócios e Imagem; Ações de Promoção Comercial; Projetos Setoriais; Balcão de Comércio Exterior; e Vitrine APL. Geralmente, instrumentos de acesso a mercado são viabilizados por meio de convênios entre a instituição e as empresas. Sendo uma

exceção o Balcão de Comércio Exterior e Vitrine APL, que são realizados por meio de cadastros em ambientes e portais virtuais.

Estudos e análises de mercado são estudos feitos pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) para conduzir as empresas e os parceiros para as melhores oportunidades de negócios internacionais. Posteriormente, vem as consultorias e assessorias que visam dar auxílio técnico para a elaboração de um projeto, mas também para a executar serviços. Dadas consultorias e assessorias têm como foco aumentar a competitividade e impulsionar a cultura exportadora nas empresas; além de detectar oportunidades e opções de negócios para empresas que atuam ou tem um potencial para atuar no mercado internacional por meio de suporte, orientação e apoio. Essas consultorias e assessorias são realizadas pela APEX e pelo BB.

Conjunto de serviços para internacionalização são serviços com o objetivo de orientar as empresas e os seus parceiros na hora de definir estratégias para a inserção e o avanço no procedimento de internacionalização. Ações de Promoção de Negócios e Imagem são ações que visam auxiliar as empresas brasileiras no acesso delas aos mercados internacionais, trazendo uma melhor percepção internacional a respeito das empresas, dos produtos e dos serviços brasileiros. Visa ainda diferenciar os destinos das exportações brasileiras, conforme pode se verificar no Apêndice A. Ainda, as ações de Promoção de Negócios e Imagem trazem a possibilidade de os empresários terem contato direto com parceiros do mercado internacional, auxiliando na inserção das empresas nacionais no mercado exterior. Tanto o Conjunto de serviços para internacionalização como as Ações de Promoção de Negócios e Imagem são executadas pela APEX.

As ações de promoção comercial são ações que visam ter contato direto com os compradores para promover o negócio da empresa, como participações em eventos, por exemplo. Tais ações também são executadas pela APEX. No caso dos instrumentos utilizados pelas instituições do Grupo GTP-APL, como demonstrado no “Apêndice A”, há três tipos de promoção comercial, quais são: Ações de Promoção Comercial em Feiras Internacionais; Ações de Promoção Comercial em Missões Empresariais (para visitação em outros países); e Ações de Promoção Comercial em Promoção de Imagens em Lojas. A última refere-se à comercialização de produtos brasileiros em larga escala destinados a consumidores finais em mercados-alvo. A

segunda refere-se à promoção de negócios das empresas e prospecção de novos mercados. E, por fim, a primeira, está relacionada à promoção da imagem da empresa e à geração de negócios por contato direto com potenciais compradores, formadores de opinião, consumidores finais e distribuidores.

Os projetos setoriais também são realizados pela APEX e buscam auxiliar no acesso das empresas brasileiras aos principais mercados estrangeiros; aprimorar a percepção internacional sobre as empresas brasileiras e seus produtos e serviços e prospectar negócios de exportação.

Balcão de comércio exterior é um portal online, disponibilizado pelo Banco do Brasil, que busca a promoção e geração de negócios para as empresas brasileiras. Conforme o site do BB (2016), o portal conecta milhões de empresas em todo o mundo e a ideia é promover, internacionalmente, as empresas brasileiras. E, para encerrar os instrumentos de “Acesso a mercados”, tem-se também a Vitrine APL, que tem como intuito divulgação dos produtos dos APLs.

Em terceiro lugar aparece o eixo “Formação e capacitação”, representando 13,19% das ações apresentadas. O eixo “Formação e capacitação” têm como finalidade qualificar o profissional e estimular o aprendizado nas empresas ou nos APLs. Refere-se a treinamentos em negócio internacionais; para o desenvolvimento do turismo sustentável; treinamentos para incitar o desenvolvimento sustentável; cursos técnicos e de educação profissional; entre outros. As instituições que prestam esses serviços são APEX, BB, BNB, Bradesco, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), IEL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Ministério da Cultura (MinC).

Usualmente, as políticas de apoio em formação e capacitação são efetivadas por meio de contratos de cursos e de treinamentos entre a empresa e a instituição de ensino.

Um exemplo que entraria no eixo “Formação e capacitação” seria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) realizado pelo SENAI, que tem como objetivo a democratização do ensino técnico no país e a qualificação dos profissionais, oferecendo cursos de qualificação profissional. Outro

exemplo seriam os cursos oferecidos pelo SEBRAE, voltados ao tema do empreendedorismo da gestão do próprio negócio.

O eixo “Outros” aparece em quarto lugar, representando 5,49% dos instrumentos. No eixo “Outros” entram instrumentos/temas de apoio como Edital para patrocínio Institucional/Mercadológico, Brasil de Todas as Telas, Editais de Fomento à Produção Audiovisual Brasileira, Ações de Apoio ao Turismo na Amazônia Ocidental e Amapá (Macapá/Santana) e PRODETUR NE II.

Projetos de cunho institucional/mercadológico, conforme site do BNB (2016), têm como objetivo ampliar relacionamentos com públicos de interesse. É por meio desse tipo de projetos que o BNB anuncia sua marca, seus serviços e produtos, seus programas, suas políticas de atuação e incrementa as vendas ao adicionar valor à sua marca.

Brasil de Todas as Telas, de acordo com site da Ancine (2014), é uma ação governamental que busca transformar o País num centro importante de produção e programação de conteúdos audiovisuais. Visa estimular o desenvolvimento dos agentes econômicos e a promoção do acesso de um número cada vez maior de brasileiros aos conteúdos produzidos pelos talentos nacionais, em todas as plataformas de exibição.

Editais de Fomento à Produção Audiovisual Brasileira é uma iniciativa que consiste em estabelecer a política de incentivo ao setor audiovisual – televisão e cinema, por exemplo -, assim como garantir sua continuidade e garantir o desenvolvimento de projetos. Tais ações de apoio são realizadas pelo Ministério da Cultura e pelo banco BNB por meio de editais.

Ações de apoio ao Turismo na Amazônia Ocidental e Amapá (Macapá/Santana) são ações de apoio às atividades pertencentes ao setor turístico na sua área de atuação, em parceria com as entidades gestoras do segmento do turismo. De acordo com o site da SUFRAMA (2016), uma das atividades mais importantes da SUFRAMA é interiorizar o desenvolvimento, elencando parceria com prefeituras, governos, instituições de ensino e pesquisa e cooperativas, direcionando uma porção de seu orçamento para investimentos em projetos de apoio à infraestrutura econômica, à produção, à formação de capital intelectual, à pesquisa e desenvolvimento e ao turismo.

Ainda, como um dos temas de apoio que representam o eixo “Outros” entra o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR NE II). Tal programa é feito pelo BNB e objetiva direcionar e orientar esforços para a capacitação dos empresários, da população dos pólos e dos trabalhadores do setor em busca do desenvolvimento do turismo sustentável visando um maior nível de eficiência na hora de prestar de serviços turísticos. Lembrando, que dado Programa também acaba por ser incluído no eixo de “Formação e capacitação” e “Financiamento”. Tal apoio do programa é realizado por meio de financiamentos do banco BNB.

Por fim, aparecem os eixos “Capacidade produtiva” e “Inovação e tecnologia”, quantificando 3,30% dos instrumentos.

O eixo “capacidade produtiva” abrange as consultorias realizadas pelo SEBRAE, por exemplo, que visam a realização da análise do negócio – por meio de contratos de serviços -, nos postos SEBRAE ou nas empresas. Entre outros, também entra o Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Empresas coordenado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Tal Programa tem como intuito aumentar a competitividade das empresas industriais de porte menor, por intermédio do fomento à cooperação entre as empresas, ao desenvolvimento empresarial e, conseqüentemente, territorial e à organização do setor por meio de contratos de financiamento de projetos setoriais e em APLs.

Vale adicionar, ainda, nesta categoria, o Programa Brasil Mais Produtivo, lançado nesse ano de 2016. De acordo com Carta da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (2016), o Programa é uma ação de política industrial conjunta entre o Governo Federal, MDIC, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), APEX e o SENAI, tendo ainda o apoio do SEBRAE e do BNDES. O objetivo do Programa é aumentar a produtividade das empresas de pequeno e de médio porte, elevando também a competitividade através de melhorias organizacionais na produção por meio de consultorias tecnológicas nos processos produtivos, efetuadas pelo SENAI. Como preferência do programa entram os estabelecimentos pertencentes a APLs dos setores: metal mecânico, moveleiro, alimentos e bebidas, vestuário e calçados, que são propícios à aplicação dos princípios da manufatura enxuta.

Na categoria “inovação e tecnologia” entram temas de apoio como a “Mobilização Empresarial pela Inovação” (MEI) executada pela CNI e Projetos APLs

executados pela IEL. O tema “Projeto APLs” visa o desenvolvimento regional. De acordo com informações do Tribuna PR (2006), tais projetos feitos pela IEL têm como intuito aproximar mais as universidades das indústrias, promovendo, assim, desenvolvimento tecnológico e aumento de competitividade das empresas. Tais projetos são praticados por concessão de Bolsas de Iniciação Científica aos estudantes.

Já a MEI visa o estímulo à estratégia inovadora das empresas brasileiras e busca ampliar a efetivação das políticas que apoiam a inovação, além de ser um plano de ação para intensificar e fortalecer a inovação empresarial no país.

De acordo com o site do Portal da Indústria (2016), ao destacar especificamente o tema de apoio MEI, tem-se que esse movimento de incentivo à inovação é pertencente ao Sistema de Núcleos Estaduais de Inovação da Confederação Nacional da Indústria. Tal Sistema tem 25 Núcleos Estaduais de Inovação e cada núcleo apresenta um grupo de organizações (empresas, entidades representativas, órgãos de governo, universidades e outras organizações sem fins lucrativos) que empreendem esforços para estimular a inovação. Objetivando captar recursos para o bom funcionamento dos Núcleos, a CNI firmou acordo com o CNPq, que aloca até 2 bolsistas por estado para a organização do processo de diálogo local e de apoio técnico às atividades do Comitê de Líderes Empresariais Estadual. Nesse sentido, a CNI busca parcerias com outras instituições, como o SEBRAE, para o lançamento de editais que possibilitar um atendimento subsidiado a empresas locais.

É importante frisar que o instrumento *Design Export* abrange tanto o eixo “Inovação e tecnologia” quanto o eixo “Acesso a mercados”, tendo em vista que dado instrumento objetiva a promoção e a inserção da gestão da inovação – gerenciamento das inovações dentro da empresa - e do design frente às empresas brasileiras para promover, internacionalmente, seus produtos e serviços.

Em suma, o que se pode concluir é que, visivelmente, há uma influente utilização de financiamento, linhas de crédito, incentivos e benefícios em apoio aos APLs no país. Sendo assim, percebe-se a significativa importância dos bancos e instituições financeiras para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais no Brasil. Posteriormente, vem os eixos “Acesso a mercados” e “Formação e capacitação”.

A categoria “Inovação e Tecnologia só aparece na última posição, juntamente com o eixo “Capacidade produtiva”. Tal categoria está fundamentada na inserção do gerenciamento das inovações nas empresas brasileiras para promover, internacionalmente, seus produtos e serviços, como é o caso da *Design Export*. Também está alicerçada a uma estratégia inovadora, como é o caso do MEI e a incentivos a interação entre universidade e indústria como é o caso dos projetos APLs realizados pela IEL. Além também do PROGER Urbano Empresarial, que é um financiamento à inovação.

Assim, verifica-se como seria importante impulsionar mais ações e instrumentos direcionados ao aspecto inovativo nas empresas e APLs, pois de todos os instrumentos e temas de apoio apresentados pelas instituições, apenas três, efetivamente, referem-se ao aspecto inovativo.

O que se pode concluir é que o aspecto “formação e capacitação” não tem sido proporcional ao aspecto “inovação e tecnologia” ao se falar nos instrumentos e temas de apoio do GTP-APL, pois o eixo “formação e capacitação” representa o quádruplo de ações do eixo “inovação e tecnologia”. Tendo em vista isso, verifica-se que é essencial ter profissionais qualificados nas empresas. Entretanto, deve-se também estimular uma estratégia inovativa dentro da empresa e dos APLs, tanto para haver inovação e melhora do processo produtivo da empresa ou arranjo quanto para diversificação dos produtos dessas empresas no mercado e possibilitar, assim, maior inserção internacional dos produtos brasileiros. Além, também, da necessidade de se investir mais em capacidade produtiva das empresas, visando que para que uma empresa ou arranjo tenha maior competitividade no mercado é essencial que ela mantenha um bom desempenho do processo produtivo.

3.4 ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Nessa seção é feita uma análise dos dados orçamentários do Governo Federal referentes às ações de apoio aos arranjos produtivos locais e também ao desenvolvimento local.

Demonstra-se como ocorreram os dispêndios anuais com: Apoio à pesquisa e à inovação em APLs; Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado; Estruturação e dinamização de APLs em espaços sub-regionais; Capacitação de

recursos humanos para a competitividade; Ampliação e fortalecimento das estruturas produtivas; Promoção de investimentos em infraestrutura econômica.

“Apoio à pesquisa e à inovação” refere-se a incentivos à inovação e pesquisa dentro dos arranjos. “Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado”, em relação aos APLs, diz respeito a apoio ao “desenvolvimento rural” do território. “Estruturação e dinamização de APLs em espaços sub-regionais” são buscas de melhoras na infraestrutura dos APLs e cadeias produtivas e a inserção econômica e social da população nas cidades de tamanho médio. A “capacitação de recursos humanos para a competitividade” consiste em formação e qualificação do trabalhador e assistência técnica para as empresas. Já a “ampliação e fortalecimento das estruturas produtivas” tem como objetivo melhorar a estrutura produtiva dos APLs. E, por fim, “promoção de investimentos em infraestrutura econômica” busca solucionar problemas de infraestrutura produtiva para estimular investimentos regionais nos APLs e nas cadeias produtivas.

Os dados apresentados são analisados levando-se em consideração os valores referentes às dotações inicial e atual, aos valores empenhados e aos liquidados e pagos.

Para fins explicativos, conforme informações do Ministério da Fazenda (2012), dotação inicial é o valor dos créditos iniciais constantes na Lei Orçamentária Anual. Dotação atual refere-se ao valor da dotação inicial somada aos créditos adicionais reabertos ou abertos ao longo do exercício, deduzidas as anulações/cancelamentos correspondentes.

Ainda, conforme o Portal da Transparência (2016), despesas empenhadas são o primeiro estágio da despesa orçamentária. O empenho é registrado no momento da contratação do serviço, da aquisição do material ou do bem e na amortização da dívida e consiste, assim, na reserva de dotação orçamentária para um fim específico.

A despesa liquidada refere-se ao segundo estágio da despesa orçamentária. A liquidação da despesa é processada pelas Unidades Executoras (administradores dos recursos) ao receberem o objeto do empenho, como: serviço, obra, bem e material. Assim, a liquidação fundamenta-se na verificação do direito que foi adquirido pelo credor tendo como apoio os documentos e títulos comprobatórios do crédito e tem como objetivos apurar a importância exata a pagar, a origem e o objeto que deve ser pago e a quem se deve pagar tal importância para extinguir a obrigação.

Ainda, de acordo com o Portal da Transparência (2016), tem-se que a despesa paga consiste no terceiro estágio da despesa orçamentária. O pagamento manifesta-se na entrega de dinheiro ao credor e só pode ser efetuado após a liquidação da despesa.

A seguir, são apresentadas as tabelas referentes aos dados orçamentários de cada ação política. Tais ações são organizadas tendo em vista o Ministério responsável pela sua execução.

É importante ressaltar que houve, no decorrer do trabalho, dificuldade em acessar os dados orçamentários, dada a disponibilidade; logo, alguns períodos de tempo acabam por ser bem restritos. As informações foram coletadas junto ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal.

3.4.1 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

A ação de apoio à pesquisa e à inovação em APLs, pertencente ao Programa 1015 – Arranjos Produtivos Locais -, foi competência do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Tem-se que pesquisa e inovação acabam por serem fatores de significativa relevância ao se falar na economia de um país e ao se pensar em políticas públicas, pois se considera que a pesquisa e a inovação aumentam a competitividade das empresas, gerando seu crescimento e desenvolvimento. Ao se falar em APLs, pesquisa e inovação são fundamentais, adquirindo maior relevância, pois existe uma tendência e um incentivo de maior interação entre as empresas, o que acaba por fortalecer e facilitar a cooperação entre as firmas e a criação de inovações.

Tabela 1 - Apoio à pesquisa e à inovação em APLs (valores em milhares de reais)

Ano	Dotação inicial	Dotação atual	Empenhado	Liquidado	Pago
2005	41.829.770	41.829.770	35.720.605	35.720.605	16.629.182
2006	9.215.244	9.215.244	7.585.404	7.585.404	3.790.649
2007	1.810.005	2.030.005	1.857.731	367.053	67.340
2008	2.220.000	2.220.000	2.136.748	559.765	559.765
2009	21.800.000	21.800.000	20.864.130	8.214.464	8.211.961
2010	33.100.000	29.869.006	13.133.501	3.550.749	3.525.527
2011	1.500.000	1.500.000	935.000	0	0

Fonte: Adaptado de SIOP (2016).

Conforme é informado na Tabela 1, para o período de 2005 a 2011, verifica-se, ao se fazer a comparação entre os períodos, que em todos os anos houve uma significativa discrepância no que se refere aos valores das dotações inicial e atual e aos valores definitivamente pagos e aplicados no apoio à pesquisa e à inovação em APLs.

Verifica-se também que os valores inicialmente previstos em lei foram diminuindo no decorrer dos anos. Em 2005, era de R\$ 41.829.770,00 e essa importância só acabou decrescendo nos anos seguintes, chegando ao seu valor mais baixo em 2011, de R\$ 1.500.000,00.

3.4.2 Ministério da Integração Nacional

Adiante, serão apresentadas as ações políticas relacionadas a APLs de competência do Ministério da Integração.

Todas as ações apresentadas a seguir são pertencentes ao Programa 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária do MI.

De acordo com os Critérios e prioridades do MI para alocação de emendas parlamentares (2012, p. 41 e 42), a meta da ação é “melhorar a qualidade de vida nos municípios localizados nas regiões estagnadas, proporcionando a dinamização das economias locais”.

As ações de apoio a “projetos de desenvolvimento sustentável local integrado” são voltadas aos Vales do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim e à região Centro-Oeste e são direcionadas a vários fins. Parte delas são direcionadas a APLs no que tange à questão do

Apoio a projetos de Arranjos Produtivos Locais de piscicultura, ovinocaprinocultura, apicultura, fruticultura, mandiocultura, bioenergia – construção de unidades tecnológicas, mercados produtores, unidades de abates e armazenamento, casa de farinha/casa do produtor rural, aquisição de tanques-redes (BRASIL / MI, 2012, p. 41 e 42).

Tabela 2 - Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado (valores em milhares de reais)

Ano	Dotação inicial	Dotação atual	Empenhado	Liquidado	Pago
2012	569.862.895	571.462.895	139.907.209	3.711.957	3.620.362
2013	449.330.000	454.830.002	190.442.372	11.650.350	5.582.634
2014	440.765.054	508.550.054	126.860.808	26.257.971	2.001.733
2015	363.696.252	454.481.252	149.461.992	2.257.977	2.193.226
2016	420.790.684	441.044.686	186.945.615	3.418.356	1.218.663

Fonte: Adaptado de SIOP (2016).

Como pode ser visto na Tabela 2, no período de 2012 a 2016, as dotações inicial e atual da política tiveram previsões orçamentárias muito elevadas. Verifica-se uma diferença exorbitante no que se refere à diferença dos valores previstos em lei e os valores efetivamente realizados.

Em 2012, a dotação inicial foi de R\$ 569.862.895,00 e o valor pago decaiu, consideravelmente, para R\$ 3.620.362,00. Após quatro anos, em 2016, a dotação inicial diminuiu comparada ao ano de 2012 (R\$ 420.790.684) e o valor pago também declinou para R\$ 1.218.663,00.

Outra ação refere-se à Estruturação e dinamização de APLs em espaços sub-regionais.

Tal ação tem como objetivo desenvolver o aproveitamento das atividades econômicas territoriais, buscando a inserção econômica e social das populações locais. Tal inserção é realizada por meio do incentivo à operação e à manutenção de infraestruturas para o apoio aos APLs e às cadeias produtivas (BRASIL / MI, 2012, p. 41).

Segundo os Critérios e prioridades do Ministério da Integração (2012, p. 41 e 42), sua área de atuação é a região Norte e tem como seus focos de apoio: a aquisição de bens; equipamentos agrícolas (inclui veículos utilitários); equipamentos agroindustriais (inclui veículos utilitários); obras: unidades de beneficiamento mineral e agroindustrial; custeio: assistência técnica, capacitação e acompanhamento à gestão e comercialização.

Tabela 3 - Estruturação e dinamização de APLs em espaços sub-regionais (valores em milhares de reais)

Ano	Dotação inicial	Dotação atual	Empenhado	Liquidado	Pago
2012	129.729.414	122.756.081	12.538.701	317.691	317.691
2013	18.550.000	18.550.000	15.850.000	1.691.278	1.691.278
2014	25.693.000	25.693.000	9.851.879	500.000	500.000
2015	71.019.200	71.019.200	10.087.736	0	0
2016	18.711.218	18.711.218	5.555.033	0	0

Fonte: Adaptado de SIOP (2016).

Nota-se, pela análise dos dados da Tabela 3 para o período de 2012 a 2016, novamente, uma diferença significativa dos valores previstos em lei vis-à-vis os valores empenhados e, conseqüentemente, para os valores pagos.

No ano de 2012, a dotação inicial era de R\$ 129.729.414, 00, chegando a R\$ 18.711.218,00, em 2016. Já os valores liquidados e pagos que eram, em 2012, de R\$ 317.691,00 zeraram no ano de 2016.

A seguir, são apresentados os valores relativos à ação de capacitação de recursos humanos. Tal ação tem como finalidade, segundo os Critérios e prioridades do MI (2012), melhorar a gestão e a comercialização dos empreendimentos, colaborando para a redução das desigualdades regionais, por meio da capacitação de recursos humanos e da assistência técnica. Sua área de atuação é todo o território nacional.

Tabela 4 - Capacitação de recursos humanos para a competitividade (valores em milhares de reais)

Ano	Dotação inicial	Dotação atual	Empenhado	Liquidado	Pago
2004	3.600.000	839.000	836.216	836.216	188.966
2005	3.249.750	3.219.750	2.201.135	2.201.135	570.764
2006	800.000	700.000	400.000	400.000	50.000
2007	1.073.646	1.073.646	346.241	0	0
2008	637.772	637.772	299.593	150.000	150.000
2009	80.000	200.000	0	0	0
2010	200.000	200.000	200.000	0	0
2011	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000
2012	5.018.500	5.476.150	1.431.877	401.312	397.038
2013	2.762.950	2.270.360	465.202	0	0
2014	3.423.950	3.423.950	2.040.642	421.837	398.453
2015	1.350.000	1.350.000	0	0	0
2016	960.000	960.000	0	0	0

Fonte: Adaptado de SIOP (2016).

Verifica-se, com o exame da Tabela 4, referente ao período de 2004 a 2016, diminuições consideráveis já nos valores empenhados e liquidados no decorrer dos anos, afetando, conseqüentemente, os valores pagos.

Os valores liquidados e empenhados que eram de R\$ 836.216,00 em 2004, zeraram em 2016. O mesmo ocorre com os valores pagos, tendo que, no ano de 2004, o valor pago foi de R\$ 188.966,00 e acabou zerado em 2016.

É de suma importância a questão da capacitação dos recursos humanos para dar suporte à empresa e para o seu conseqüente crescimento, pois ter na empresa uma boa equipe de trabalho, bem qualificada, gera produtos e serviços de qualidade, aumentando a competitividade dela.

No caso dos arranjos, a capacitação dos profissionais desenvolve maior aprendizado entre as empresas, tendo em vista um melhor nível de conhecimento dos trabalhadores. O arranjo estimula maior interação entre as firmas e isso beneficia e facilita a pesquisa e inovação, melhorando produtos e serviços e a competitividade.

Outra ação relacionada a APLs é a da Ampliação e fortalecimento das estruturas produtivas. Tem como áreas de atuação as regiões Nordeste e Centro-oeste e tem como propósito colaborar para o desenvolvimento regional, por intermédio de apoio às estruturas produtivas, particularmente, aquelas dos arranjos produtivos locais, seja com a obtenção de equipamentos industriais, a construção de edificações ou a capacitação. Através desse apoio é possível propagar novos produtos e tecnologias de produção, gestão, beneficiamento, e comercialização em busca do aperfeiçoamento dos processos produtivos, de beneficiamento e vendas (BRASIL / MI, 2012, p. 39).

Tabela 5 – Ampliação e fortalecimento das estruturas produtivas (valores em milhares de reais)

Ano	Dotação inicial	Dotação atual	Empenhado	Liquidado	Pago
2008	810.651	810.651	0	0	0
2009	810.651	810.651	248.352	0	0
2010	1.069.517	1.069.517	446.758	0	0
2011	8.777.614	8.777.614	183.072	0	0
2012	2.200.000	2.366.666	694.459	419.105	419.105
2013	1.474.361	1.179.489	1.179.489	1.179.489	1.179.489
2014	1.000.000	1.300.000	500.000	0	0
2015	150.000	150.000	0	0	0
2016	700.000	700.000	200.000	0	0

Fonte: Adaptado de SIOP (2016).

A partir da Tabela 5, percebe-se que durante praticamente todos os anos (2008 a 2016), os valores liquidados e pagos encontram-se zerados.

Ainda, verifica-se que os valores previstos em lei também não são tão elevados e que apesar de terem aumentado no ano de 2011, vêm diminuindo com o tempo.

E, por fim, aponta-se a ação de Promoção de investimentos em infraestrutura econômica. Suas áreas de atuação são as regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste e a finalidade dessa ação é desenvolver e superar os gargalos de infraestrutura econômica para estimular a ampliação dos investimentos regionais, por meio da integração das ações interministeriais e dos diferentes níveis de Governo. Tal ação é voltada para a expansão e a recuperação de infraestrutura, de forma a assegurar a interação entre projetos, com vistas a quebrar barreiras e superar limites ao desenvolvimento. Nesse sentido, o apoio às cadeias e aos APLs contribui para a interação entre projetos/iniciativas e a ampliação dos investimentos regionais (BRASIL / MI, 2012, p. 41).

Tabela 6 - Promoção de investimentos em infraestrutura econômica (valores em milhares de reais)

Ano	Dotação inicial	Dotação atual	Empenhado	Liquidado	Pago
2008	144.737.285	143.200.599	88.742.640	6.991.633	6.991.633
2009	312.984.557	145.513.557	91.787.458	2.269.137	2.269.137
2010	204.297.110	181.037.178	68.065.290	5.527.007	1.540.000
2011	199.855.037	199.855.037	70.566.810	0	0
2012	413.722.191	417.979.857	52.712.807	10.564.538	10.527.938
2013	282.162.859	277.523.859	33.850.192	0	0
2014	135.365.810	131.834.356	31.559.746	0	0
2015	219.734.582	227.178.582	53.734.131	36.450	24.750
2016	132.485.561	134.385.561	27.492.777	1.243.412	1.000.000

Fonte: Adaptado de SIOP (2016).

Ao se analisar a Tabela 6, para o período de 2008 a 2016, conclui-se, que os valores previstos para as políticas não foram efetivamente realizados. No ano de 2012, no qual houve a maior dotação inicial, o valor previsto para despesa foi de R\$ 413.722.191,00 e o valor pago de R\$ 10.527.938. Percebe-se aí uma diferença de R\$ 403.194.253,00 a menos do que deveria realmente ser aplicado e essa discrepância de valores se mantém em relação a todos os anos.

Conclui-se, pela análise das tabelas acima, que, de modo geral, os valores previstos para as políticas não foram efetivamente aplicados.

Como ficou demonstrado na Tabela 1, o país investe cada vez menos em pesquisas e inovações em APLs ao longo dos anos. Infelizmente, os gastos realizados são muito menores do que os planejados. Uma situação que deveria ser modificada, pois Brasil é um país em desenvolvimento, e inovar e criar tecnologias torna-se crucial para a sobrevivência das empresas no mercado internacional. Inovar é o que gera maior qualidade em processos de produção, produtos e serviços e aumenta a competitividade econômica das empresas.

Dispêndios em desenvolvimento sustentável também devem ser valorizados no país. Pela Tabela 2, conseguiu-se ver que as despesas com desenvolvimento sustentável integrado local têm diminuído com o passar do tempo. No entanto, tal cenário deve ser revertido, pois, no caso da atuação em APLs é importante incentivar e melhorar o “desenvolvimento rural” do país. Ainda mais, tendo em consideração que os territórios rurais são as áreas normalmente mais pobres. Assim, apoiar politicamente o desenvolvimento de agrupamentos rurais tem uma enorme importância para melhorar a qualidade de vida da população do território e dar oportunidade para que tais regiões estagnadas cresçam economicamente pelo aumento da dinamização da economia local.

Considerando a Tabela 3, os investimentos governamentais em estruturação e dinamização de APLs em espaços sub-regionais também vêm diminuindo com o tempo. Manter uma infraestrutura (aquisição de equipamentos, capacitação técnica e assistência, por exemplo) adequada aos arranjos que deem suporte ao seu crescimento tem importância crucial no desenvolvimento regional, pois cada empresa e também aglomerado precisa ter seu suporte logístico para exercer suas atividades de maneira adequada e dinamizar a economia ao seu redor. Sendo assim, é importante que os dispêndios na estruturação e dinamização de APLs sejam aumentados com o tempo.

Pela análise da Tabela 4, também nota-se uma crescente diminuição dos investimentos do Estado em capacitação de recursos humanos. A importância de capacitar os trabalhadores, melhorando os produtos e serviços empresariais e a pesquisa e inovação já demonstram porque os gastos com capacitação não deveriam estar decrescendo como vem ocorrendo ano a ano. É importante, então, que o governo mantenha uma atenção especial à área de capacitação e desenvolvimento

dos aglomerados, ainda mais, levando em conta a interação interempresas, que estimula a troca de informações e o crescimento econômico.

Aperfeiçoar os processos produtivos, do mesmo modo, tem significativa relevância para propagar novos produtos e tecnologias de produção. O que pode-se visualizar pela Tabela 5 foi que houve uma diminuição dos valores gastos e, principalmente, dos valores previstos em lei em capacitação, o que provoca gargalos de crescimento das aglomerações produtivas. Então, aumentar os investimentos em estrutura produtiva é muito importante.

Na Tabela 6, novamente a questão da infraestrutura é destacada como importante fator para o aumento dos investimentos regionais e diminuição das desigualdades econômicas existentes nos territórios. Verifica-se também, no caso da “promoção da infraestrutura econômica” uma redução dos gastos políticos durante os anos, prejudicando-se a manutenção do desenvolvimento das cadeias produtivas e dos APLs, o que só prejudica os desenvolvimentos regionais.

Em suma, o que se nota com a análise das despesas orçamentárias anuais em apoio aos APLs e ao desenvolvimento regional é que os gastos com esses fatores só vêm decrescendo com o transcorrer dos anos. Isso é preocupante, tendo em vista a importância e a capacidade da dimensão local como desenvolvedora da economia do país. Dessa maneira, chega-se à conclusão de que os recursos direcionados às políticas de apoio à APLs ou relacionadas aos APLs e ao desenvolvimento regional precisam ter uma melhor aplicação efetiva dada a busca pela diminuição das desigualdades regionais.

A dimensão local merece mais atenção nas políticas públicas e investir nela é um caminho para a melhora econômica do país como um todo, para mais geração de emprego e de renda e para todo o desenvolvimento econômico nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar as políticas públicas federais de apoio aos APLs, a partir dos anos 2000. Para tanto, inicialmente, discutiu-se a importância da proximidade geográfica para as empresas, os conceitos de aglomerações existentes, além do conceito de arranjos. Adiante, buscou-se enfatizar a importância das políticas públicas federais para apoiar os APLs, através da descrição do histórico dessas políticas, da análise tanto dos instrumentos de política de apoio aos arranjos quanto dos dispêndios governamentais em algumas ações de apoio a esses aglomerados.

Constatou-se que há uma longa e importante trajetória de ações, em nível federal, de apoio aos arranjos em território nacional. Com a criação do Grupo GTP-APL, em 2004, efetivou-se o foco político aos arranjos. Vários ministérios tiveram suas atividades voltadas aos arranjos, ao longo dos anos, como o Ministério da Integração, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, entre outros.

No entanto, foi possível verificar, com base na análise de dispêndios governamentais que há muito ainda a ser feito, pois em todas as ações de apoio confirmou-se que os gastos inicialmente planejados não foram realmente efetivados, havendo grandes discrepâncias nos valores dotados inicialmente em relação aos valores pagos. Percebe-se, inclusive, nos períodos mais recentes, no que tange à maioria das ações direcionadas aos APLs, que os valores pagos apresentaram-se zerados, possivelmente, devido a cortes orçamentários.

Em relação à atuação do MI é importante ressaltar que, geralmente, o Ministério tem direcionado as suas atuações a regiões específicas, como as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Assim, percebe-se que o MI mantém uma atuação voltada para o desenvolvimento local e de regiões em específico. Entretanto, o grande problema reside na falta de efetividade dos gastos governamentais, que não têm sido corretamente aplicados.

Enfatizou-se também a importância dos bancos e instituições financeiras no apoio aos APLs, tendo em vista a grande participação dos itens financiamentos, créditos, incentivos e benefícios no total dos instrumentos de política utilizados pelas instituições pertencentes ao Grupo GTP-APL. Ainda como relevantes focos dos

instrumentos se destacaram “formação e capacitação” e “acesso a mercados”. Em contrapartida, há poucos instrumentos de política direcionados à inovação.

Referente aos instrumentos de apoio de política, constatou-se o reconhecimento pela política brasileira da importância da dimensão local, pois há um foco de atuação e a criação de um Grupo de Trabalho Permanente direcionado ao desenvolvimento dos arranjos. As políticas em nível federal possuem várias ações e instrumentos de apoio. No entanto, tais instrumentos não são propostos apenas para o apoio aos arranjos, mas também para as firmas individuais, independentemente, de estarem localizadas em aglomerados ou não. Dessa maneira, vários instrumentos de apoio não aportam vantagens às firmas por elas se localizarem em APLs, tendo uma aplicação muito genérica.

Destaca-se, aqui, a falta de visão estratégica da política governamental tanto no que tange à visão generalizada dos instrumentos quanto em relação ao baixo número de instrumentos direcionados à inovação.

Sendo assim, percebe-se que ainda há muito a ser feito no país em apoio aos arranjos produtivos locais no que concerne tanto ao modo de se aplicar as políticas públicas quanto à realização dos gastos governamentais; embora, várias políticas foram implementadas e instrumentos de apoio foram criados para o auxílio e desenvolvimento dessas aglomerações.

A literatura nacional sobre o tema menciona que ao se implementar políticas para os arranjos, deve-se considerar as interações existentes entre as empresas do arranjo, o estágio de desenvolvimento em que o arranjo se encontra, a continuidade das políticas e os arranjos institucionais. No entanto, pelo o que acabou sendo analisado no decorrer do trabalho, não parece que ao se aplicar as políticas, estas têm considerado as características dos arranjos, pois as políticas se apresentam bem generalistas. Aqui está a relevância dos núcleos estaduais apoiarem as políticas federais. São os núcleos que têm melhores condições e conhecimentos para a determinação de quais arranjos devem ser apoiados.

Os dispêndios orçamentários das políticas precisam ser melhores aplicados e cumpridos, pois os valores planejados não têm sido efetivamente executados. Além disso, as políticas devem ter uma continuação de governo a governo, de modo a não as afetar em função das trocas governamentais. Finalmente, os instrumentos de apoio às políticas do GTP-APL devem levar mais em conta a utilização de instrumentos de

incentivo à inovação, dada a sua importância na promoção da competitividade das empresas.

Por fim, vale ainda ressaltar a dificuldade vivenciada ao longo da feitura do trabalho de encontrar informações sobre a implementação das ações de política para APLs. Dados e informações que, anteriormente, poderiam ser buscados no Observatório APL foram retirados do site. Há também dificuldade de se conseguir dados junto a alguns órgãos federais relacionados aos APLs. Tais dificuldades provavelmente devem ser enfrentadas também pelos atores dos próprios arranjos. O Observatório, por exemplo, poderia disponibilizar de forma agregada todos os instrumentos oferecidos pelos membros do GTP-APL, o que facilitaria uma busca por parte das empresas localizadas nos arranjos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE. **Conheça o Programa Brasil de Todas as Telas**. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://ancine.gov.br/sala-imprensa/noticias/conhe-o-programa-brasil-de-todas-telas>>. Acesso em 10 nov. 2016.

AMARAL FILHO, Jair do. Sistemas e arranjos produtivos locais. **Planejamento e Políticas Públicas**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, n. 36, jan-jun, 2011.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Amazônia Florescer**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.basa.com.br/index.php/amazonia-florescer-ei-item/apresentacao-florescer-ei>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. **BNDES Automático**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/financiamentos-governo/bndes/bndes-automatico>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **BNDES Finame**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.basa.com.br/index.php/financiamentos-governo/bndes/bndes-finame>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **BNDES – PSI**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/financiamentos/empresarial-bndes/empresarial-bndes-psi>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **FNO MEI**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.basa.com.br/index.php/credito/fno-mei>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **Microfinanças – Capital de Giro**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.basa.com.br/index.php/credito/microfinancas-capital-de-giro>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **Microfinanças – Investimento Fixo**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.basa.com.br/index.php/credito/microfinancas-investimentos>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **MPE – Crédito para crescer de forma sustentável**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.basa.com.br/index.php/financiamentos2/mpe-financiamentos-fno/fno-mpe>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

BANCO DO BRASIL. **BB Capital de Giro Mix Pasep**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/empresas/produtos-e-servicos/credito/obter-capital-de-giro/bb-capital-de-giro-mix-pasep#/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. **B2B Trade Portal**. [S.I.], 2016. Disponível em: <http://www.bb.com.br/portalbb/page44,3389,2249,0,0,1,2.bb?codigoMenu=13201&codigoNoticia=8419&codigoRet=13238&bread=3>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. **Capacitação em Negócios Internacionais**. [S.I.], 2016. Disponível em: <http://www.bb.com.br/portalbb/page22,3389,3421,0,0,1,2.bb?codigoNoticia=243&codigoMenu=13204>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. **Consultoria em Negócios Internacionais**. [S.I.], 2016. Disponível em: <http://www.bb.com.br/portalbb/page44,3389,3420,0,0,1,2.bb?codigoMenu=13203>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **Vitrine APL**. [S.I.], 2016. Disponível em: <http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/empresas/arranjo-produtivo-local/vitrine-apl#/>. Acesso em 09 nov. 2016.

BANCO DO NORDESTE. **Patrocínio - Edital Cultural, Lei Rouanet – Art. 18 2016-2018**. [S.I.], 2016. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/o_banco/politica_de_patrocio/patrocinios-2016/patrocinios-projetos-culturais. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **Patrocínio - Edital Institucional / Mercadológico 2016-2017 – Resultados**. [S.I.], 2016. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/o_banco/politica_de_patrocio/patrocinios-2016/patrocinios-projetos-institucionais. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **Prodetur: Ampliando as atividades turísticas do Nordeste**. [S.I.], 2016. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/prodetur>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. **Programa de Apoio ao Turismo Regional - FNE PROATUR**. [S.I.], 2016. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/programa-de-apoio-ao-turismo-regional-fne-proatur>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. **Programa de Financiamento às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e ao Empreendedor Individual (FNE-MPE)**. [S.I.], 2016. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/programa-de-financiamento-as-microempresas-e-empresas-de-pequeno-porte-e-ao-empreendedor-individual-fne-mpe>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **Programa de Patrocínios Banco do Nordeste – 2016/2017: seleção pública de projetos para patrocínio institucional/mercadológico**. [S.I.], 2016. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/documents/50268/67894/EDITAL_INSTITUCIONAL_MERCA DOLOGICO_2016-2017.pdf/ad400cef-e61f-4c9a-9de1-ec5b257aae84. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. **Sobre o Nordeste – FNE**. [S.I.], 2016. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/fne>. Acesso em: 15 nov. 2016.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **BNDES Automático**. [S.I.], 2016. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/bndes-automatico!/ut/p/z1/04_iUIDg4tKPAFJABpSA0fpReYllmemJJZn5eYk5-hH6kVFm8T6W3g4eJv4GPgYmFkYGi4hIW6mfoFGBgHG-l76UfgVFGQHKglAWECXlw!!/>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. **BNDES Finame - financiamento de máquinas e equipamentos.** [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/finame/como-obter-financiamento-finame/bndes-finame-principal/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. **BNDES Procult.** [S.l.], 2016. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/BNDES-Procult!/ut/p/z1/04_iUIDg4tKPAFJABpSA0fpReYllmemJJZn5eYk5-hH6kVFm8V4WPs4eliYGPu5GwWYGiGGBhsYeQaFGFqGm-l5gjQj9lBPw64iA6oAqh1P6kUZFs6-6fpRBYklGbqZeWn5-hFOfi6uwboBRfnJpTkl-gXZUZEAg0BegA!!/>. Acesso em 14 nov. 2016.

_____. **Cartão BNDES.** [S.l.], 2016. Disponível em: <<https://www.cartaobndes.gov.br/cartaobndes/PaginasCartao/FAQ.ASP?T=1&Acao=R&CTRL=&Cod=90,90#P>>. Acesso em 14 nov. 2016.

BATISTI, Vanessa S. **Políticas para aglomerados produtivos:** uma análise do arranjo produtivo local de Gemas e Joias do Estado do Rio Grande do Sul. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia)-Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2009.

BRADESCO. **Arranjos produtivos locais:** soluções de crédito específicas. Osasco, 2016. Disponível em: <<https://banco.bradesco/html/pessoajuridica/parcerias-e-oportunidades/apl.shtm>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **Sustentabilidade.** Osasco, 2016. Disponível em: <<https://banco.bradesco/html/classic/sobre/atuacao-responsavel.shtm>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Integração para Exportação – AGROINT.** Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/internacional/promocao-internacional/integracao-agronegocio>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **Seminários para Exportação – AGROEX.** Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/internacional/promocao-internacional/caminhos-para-exportar>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. Ministério da Cultura. **Brasil de Todas as Telas.** [S.l.], 2015. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/brasil-de-todas-as-telas/10883?redirect=http%3A%2F%2Fwww.cultura.gov.br%2Fo-dia-a-dia-da-cultura%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_waaE236Oves2%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D1>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. _____. **Editais de Fomento à Produção Audiovisual Brasileira**. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/editais-de-fomento-a-producao-audiovisual-brasileira>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. _____. **Mais cultura nas escolas**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/educacao-e-cultura>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. _____. **Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/programa-nacional-de-apoio-a-cultura-pronac>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. Ministério da Fazenda. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**: parte v – demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Brasília: MF, 2012. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/137713/Parte_V_-_DCASP.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Critérios e prioridades do Ministério da Integração Nacional para a alocação de emendas parlamentares**: uma proposta para o Congresso Nacional. Brasília: MI, 2012. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=028e5b6d-2024-48cf-b6e8-46479fa683d5&groupId=10157>. Acesso em: 11 nov. 2016.

_____. _____. **Fundos Constitucionais de Financiamento**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/guest/fundos-constitucionais-de-financiamento>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. _____. **Fundos de Desenvolvimento Regional**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/guest/fundos-de-desenvolvimento-regional-apresentacao>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. _____. **Incentivos fiscais – apresentação**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/guest/apresentacao-incentivos-fiscais>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. _____. **PNDR I – Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional-pndr>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

_____. _____. **Rotas da Integração Nacional**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/entenda-as-rotas>>. Acesso em: 30 out. 2016.

_____. Ministério de Minas e Energia. Avançar e melhorar na organização e modernização dos APLs de base mineral. **Perspectiva Mineral**, [S.l.], n. 5., out. 2011. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1732823/Perspectiva+Mineral+N%C2%B0+5+Avan%C3%A7ar+e+melhorar+na+organiza%C3%A7%C3%A3o+e+moderniza%C3%A7%C3%A3o+dos+APLs+de+base+mineral/e31b6490-6b70-44b8-b6a1->>

3a8d0cfe082b;jsessionid=02AF6F039C8B0A7B9E7660720D7A4E81.srv154>.
Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. _____. **Plano Nacional de Mineração 2030**: Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Brasília: MME, 2011. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1732821/Book_PNM_2030_2.pdf/f776c1-2d3b-4490-9d45-d725801c3522>. Acesso em: 01 nov. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sul do Amapá**. [S.I.]: MDA, 2006. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio111.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2008-2011**: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília: MDIC, 2012. Disponível em: <http://www.camex.gov.br/portalmDIC/arquivos/dwnl_1343238831.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2016.

_____. _____. **Termo de referência para política nacional de apoio ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais**. Brasília: MDIC, 2004.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Relatório anual de avaliação do PPA 2012-2015**: ano base 2014. Brasília: Planejamento, 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-1/2015/relatorio-de-avaliacao-anual-do-ppa-2012-2015-vol-1.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

_____. _____. **Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2004-2007**: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Caderno 18. Brasília: Planejamento, 2008. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/publicacoes/antigas/rel-anual-de-aval/2008/08_ppa_aval_cad18_mdic.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2016.

_____. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP. **Painel do Orçamento Federal**: Acesso público. [S.I.], 2016. Disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true>. Acesso em: 11 nov. 2016.

_____. Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Desenvolvimento Regional**. [S.I.], 2015. Disponível em: <<http://site.suframa.gov.br/assuntos/modelo-zona-franca-de-manaus/desenvolvimento-regional>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. _____. **Incentivos**. [S.I.], 2015. Disponível em: <<http://site.suframa.gov.br/assuntos/modelo-zona-franca-de-manaus/incentivos>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. **Turismo**. [S.l.], 2015. Disponível em:
<<http://site.suframa.gov.br/assuntos/modelo-zona-franca-de-manaus/turismo>>.
Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. **Apresentação**. [S.l.], 2016. Disponível em:
<<http://www.sudeco.gov.br/web/guest/apresentacao4#.WCnzt4WcHVJ>>. Acesso em:
14 nov. 2016.

_____. **Diretrizes e prioridades**. [S.l.], 2016. Disponível em:
<<http://www.sudeco.gov.br/web/guest/fco/diretrizesefinalidades#.WCn61oWcHVJ>>.
Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. **FDCO**. [S.l.], 2016. Disponível em:
<<http://www.sudeco.gov.br/web/guest/fdco/apresentacao#.WCn7aYWcHVJ>>. Acesso
em: 14 nov. 2016.

_____. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Contribuição da Sudene ao desenvolvimento do Brasil**. Recife, 2016. Disponível em:
<<http://www.sudene.gov.br/sudene>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. **Incentivos fiscais e fundos**. Recife, 2016. Disponível em:
<<http://www.sudene.gov.br/incentivos-fiscais-e-fundos>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Bens de Consumo Duráveis**. [S.l.], 2016.
Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/financiamentos/bens-de-consumo-duraveis/Paginas/default.aspx>>.
Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **BNDES Automático**. [S.l.], 2016. Disponível em:
<<http://www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/financiamentos/bndes-automatgico/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **Caixa Empresarial**. [S.l.], 2016. Disponível em:
<<http://www.caixa.gov.br/empresa/cartoes/empresarial/Paginas/default.aspx>>.
Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **Cartão BNDES Caixa**. [S.l.], 2016. Disponível em:
<<http://www.caixa.gov.br/empresa/cartoes/bndes/Paginas/default.aspx>>. Acesso em
14 nov. 2016.

_____. **Cheque Empresa Caixa**. [S.l.], 2016. Disponível em:
<<http://www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/capital-de-giro/cheque-empresa/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **Consórcios**. [S.l.], 2016. Disponível em:
<<http://www.caixa.gov.br/voce/consorcios/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 09
nov. 2016.

_____. **Crédito Especial Caixa Empresa**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/capital-de-giro/credito-especial/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **Desconto de Duplicatas**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/antecipacao-de-receitas/desconto-de-duplicatas/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **Financiamento de Máquinas e Equipamentos**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/financiamentos/maquinas-equipamentos/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **Giro Caixa Fácil**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/capital-de-giro/giro-caixa-facil/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **Giro Caixa Instantâneo Múltiplo**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/antecipacao-de-receitas/giro-caixa-instantaneo/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **PROGER Investgiro PJ**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/capital-de-giro/investgiro-pj/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

CAMPOS, Renato R.; VARGAS, Marco A.; STALLIVIERI, Fabio. As experiências estaduais de políticas para arranjos produtivos locais, *In: CAMPOS, R. et al (Orgs.). Políticas estaduais para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010. p. 41-54.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 34-45, jan-mar, 2005.

CASSIOLATO, José E.; SZAPIRO, Marina. Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais no Brasil. Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas. **Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**, Rio de Janeiro, set, 2002.

COSTA, Achyles, B. Inovações e mudanças na organização industrial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 7-31, 2000.

COSTA, Rodrigo M. O Programa Brasil Mais Produtivo, os APLs e o desenvolvimento regional. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, n. 07, 2016. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/article/o-programa-brasil-mais-produtivo-os-apls-e-o-desenvolvimento-regional/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

COURLET, Claude. Novas dinâmicas de desenvolvimento e sistemas industriais localizados (SIL). **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.14, n.1, p. 9-25, 1993.

DINIZ, Clélio C. **Globalização, escalas territoriais e política tecnológica regionalizada no Brasil**. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2001. (Texto para discussão, 168).

ERBER, Fabio S. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 11-32, jan-abr, 2008.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Empreendedorismo e capacitação empresarial para formar líderes cada vez mais completos**. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/iel/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

GARCIA, Renato. Economias externas e vantagens competitivas dos produtores em sistemas locais de produção: as visões de Marshall, Krugman e Porter. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 301-324, out. 2006.

GEROLAMO, Mateus C. *et al.* Aglomeração de pequenas e médias empresas como ambiente propício à melhoria de desempenho – caracterização do arranjo produtivo local do setor de confecção de bordados de Ibatinga. *In*: EGEPE - ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 4. 2005, Curitiba, **Anais...** Curitiba, 2005, p. 1245-1258.

GOMIDE Alexandre A. (Ed.); PIRES Roberto R. (Ed.). Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. *In*: GOMIDE Alexandre A.; PIRES Roberto R. **Capacidades estatais e democracia, arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília, p. 15-25, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MERCADO DE CAPITAIS. **BNDES Prodesign – Programa de Apoio a Investimento em Design, Moda e Fortalecimento de Marcas**. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://ibmec.org.br/geral/bndes-prodesign-programa-de-apoio-investimento-em-design-moda-e-fortalecimento-de-marcas/>>. Acesso em 14 nov. 2016.

INSTITUTO EUVALDO LODI. **Desenvolvimento empresarial**: arranjos produtivos locais - APL. Natal, 2016. Disponível em: <http://www.rn.iel.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=116&Itemid=530>. Acesso em: 14 nov. 2016.

LASTRES, Helena M. M. Avaliação das políticas de promoção de arranjos produtivos locais no Brasil e proposição de ações. **Centro de Gestão de Estudos Estratégicos**: Ciência, Tecnologia e Inovação, Rio de Janeiro, 2007.

LASTRES, Helena M. M. *et al.* O apoio ao desenvolvimento regional e aos arranjos produtivos locais. *In*: ALÉM, A. C.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). **O BNDES em um Brasil em transição**. Rio de Janeiro: BNDES, 2010, p. 437-451.

LEMOS, Cristina; ALBAGLI, Sarita; SZAPIRO, Marina. **Promoção de arranjos produtivos locais**: iniciativas em nível federal. Rio de Janeiro: REDESIST – IE/UFRJ, 2004.

MACEDO, Mariano M. Gestão do desenvolvimento regional e estratégias de políticas de apoio a arranjos produtivos locais: APLs tradicionais e de nova geração ou sistemas territoriais de produção. **Revista Paraense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 120, p. 101-112, jan-jun, 2011.

MORGAN, Kevin. The exaggerated death of geography: learning, proximity and territorial innovation systems. **Journal of Economic Geography**, Oxford University, vol. 4, n. 1, p. 3-21, 2004.

PORTAL APEX-BRASIL. **Confira como participar das ações de promoção comercial**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br/confira-como-participar-das-acoes-de-promocao-comercial>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. **Inove para se diferenciar**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br/inove-para-se-diferenciar>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. **Produtos**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br/programa-de-apoio-a-startups-produtos>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. **Qualifique sua empresa - PEIEX**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br/qualifique-sua-empresa-peiox>>. Acesso em: 30 out. 2016.

_____. **Quem somos**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br/quem-somos>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

PORTAL BRASILEIRO DE APL. **Instituições do GTP-APL**. Brasília, 2015. Disponível em: http://portalapl.ibict.br/menu/itens_menu/gtp_apl/instituicoes_grupo.html>. Acesso em: 13 nov. 2016.

_____. **O GTP-APL**. Brasília, 2015. Disponível em: http://portalapl.ibict.br/menu/itens_menu/gtp_apl/gtp_apl.html>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. **Os núcleos estaduais de apoio aos APLs**. Brasília, 2011. Disponível em: http://portalapl.ibict.br/menu/itens_menu/nucleos_estaduais/27_nucleos.html>. Acesso em: 30 out. 2016.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **Cursos gratuitos**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/senai/canal/educacao-distancia-home/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. **O que é.** Brasília, 2016. Disponível em:
<<http://www.portaldaindustria.com.br/senai/iniciativas/programas/unidades-moveis/2012/04/1,2233/o-que-e.html>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. **Pronatec.** Brasília, 2016. Disponível em:
<<http://www.portaldaindustria.com.br/senai/iniciativas/programas/voce-na-industria/2013/08/1,20674/pronatec.html?parent=O%20que%20%E9>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. **Sistema de núcleos estaduais de inovação - SNEI.** Brasília, 2016. Disponível em:
<<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/iniciativas/programas/mei/2014/07/1,2103/sistema-de-nucleos-estaduais-de-inovacao-snei.html?parent=MEI%20TOOLS>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **Sobre a MEI.** Brasília, 2016. Disponível em:
<<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/iniciativas/programas/mei/2014/07/1,2080/sobre-a-mei.html?parent=O%20que%20%E9>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Glossário.** [S.l.], 2016. Disponível em:
<<http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetalheGlossario.asp?letra=d>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

PORTAL FEDERATIVO. **Observatório Brasileiro de APLs: uma ferramenta integração produtiva.** [S.l.], 2014. Disponível em
<<http://www.portalfederativo.gov.br/noticias/destaques/observatorio-brasileiro-de-apls-uma-ferramenta-integracao-produtiva>>. Acesso em: 30 out. 2016.

PORTAL PROCOMPI. **Conheça o Procompi.** Brasília, 2016. Disponível em:
<<http://procompi.cni.org.br/portal/main.jsp?lumChannelId=4028FBED21EF0C0D0121EF5283EA0A08>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

RAMOS, Rubens E. B.; CAMPOS, Ana J. M. Analisado a Consistência Estratégica em Arranjos Produtivos Locais Usando Análise de Decisão Multicritérios. *In*: ENCONTRO DA ANPAD, 33., São Paulo, 2009. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2009, p. 1-16.

REDESIST – REDE DE PESQUISAS EM SISTEMAS E ARRANJOS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais.** Rio de Janeiro: UFRJ, nov. 2003. Disponível em:
<http://portalapl.ibict.br/export/sites/apl/galerias/arquivos_noticias/glossario.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2016.

_____. **Quem somos.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:
<<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

SELLITTO, Miguel A.; GUIMARÃES, Marcelo G. Cálculo da complexidade organizacional em dois arranjos produtivos da indústria calçadista. **Produto & Produção**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 29-44, out. 2010.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Sebrae em Pernambuco**: quem somos. [S.l.], 2016. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pe/quem_somos?codUf=18>. Acesso em: 14 nov. 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. **Modelo Zona Franca – Turismo**. Manaus, 2016. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/zfm_turismo.cfm>. Acesso em: 12 nov. 2016.

TATSCH, Ana L. A relevância do local: convergências e divergências entre as abordagens sobre aglomerações. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 2 (48), p. 457-482, ago, 2013.

TATSCH, Ana L.; BOTELHO, Marisa R. A. Análise das políticas de apoio a arranjos produtivos locais nos estados do centro-sul do Brasil. **Revista Políticas Públicas**. São Luis, v.17, n.1, p.15-26, jan-jun, 2013.

TATSCH, Ana L. *et al.* Análise de políticas para aglomerações no Brasil e em países europeus selecionados. **Planejamento e Políticas Públicas, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília, n. 44, jan-jun, 2015.

TRIBUNA PR. **Projeto do IEL apoia APLs de Cascavel, Loanda e Colombo**. [S.n.], 2006. Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/projeto-do-iel-apoia-apls-de-cascavel-loanda-e-colombo/>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

VALE, Gláucia M. V.; CASTRO, José, M. Clusters, arranjos produtivos locais, distritos industriais: reflexões sobre aglomerações produtivas. **Análise Econômica**, Porto Alegre, n. 53, p. 81-97, mar. 2010.

WORLD FAIR. **Projetos de promoção de exportações – APEX**. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.worldfair.com.br/servicos_interno.php?FiCont=10>. Acesso em: 14 nov. 2016.

APÊNDICE A – Membros do GTP-APL e seus respectivos instrumentos de apoio

Instituição	Instrumentos	Descrição
APEX	Estudos e análises de mercados	Orientar as empresas e os parceiros às melhores oportunidades para negócios internacionais.
	Capacitações, consultorias e assessorias	Incrementar a competitividade e promover a cultura exportadora nas empresas, preparando-as para o mercado internacional.
	Conjunto de serviços para internacionalização;	Orientar empresas e parceiros na definição de estratégias para inserção e avanço no processo de internacionalização.
	Ações de Promoção de Negócios e Imagem	*Facilitar o acesso das empresas brasileiras aos mercados internacionais. *Diversificar os destinos das exportações brasileiras. *Melhorar a percepção internacional acerca das empresas, dos produtos e dos serviços brasileiros.
	Ações de Promoção Comercial - Feiras Internacionais	Possibilita à empresa brasileira a promoção de imagem e geração de negócios por contato direto com potenciais compradores, consumidor final, distribuidores e formadores de opinião.
	Ações de Promoção Comercial – Missões Empresariais (para visitar outros países)	Promover seus negócios e prospectar novos mercados.
	Ações de Promoção Comercial - Promoção de Imagens em Lojas	Comercializar produtos brasileiros em larga escala para os consumidores finais dos mercados-alvo.
	Projetos Setoriais	*Facilitar o acesso das empresas brasileiras aos principais mercados internacionais; *Prospectar oportunidades de negócios de exportação; *Melhorar a percepção internacional sobre as empresas, produtos e serviços brasileiros.
	Design Export	Promover a inserção da gestão da inovação e do design perante as empresas brasileiras para a promoção internacional de seus produtos e serviços.
	Ações de Promoção à Start-Ups - Demo Days	Aproximar investidores e formadores de opinião e startups selecionados de acordo com o perfil das partes.
	Ações de Promoção à Start-Ups - Projetos de matchmaking e rodadas de negócios com investidores	Aproximar investidores e startups selecionados de acordo com o perfil das partes.
	Ações de Promoção à Start-Ups - Road Shows	Apresentações feitas em visitas agendadas a investidores em diferentes localidades, dentre outras ações de

		promoção e atração de investimentos estrangeiros.
BASA	FNO-MPEI (Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e aos Microempreendedores Individuais)	*Desenvolvimento econômico e social da Região Norte; *Induzir e apoiar a inovação, o aumento da competitividade e as melhores práticas produtivas; *Potencializar atividades econômicas em áreas urbanas.
	Financiamento por BNDES Automático	*Financiar projetos de investimentos para implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos.
	Financiamento por BNDES Fname	*Financiar a produção e comercialização de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional.
	Financiamento por BNDES PSI	*Financiar a produção e a aquisição de veículos automotores e máquinas e equipamentos novos. *Financiar capital de giro associado a obtenção de máquinas e equipamentos nacionais novos.
	FNO MEI - programa de crédito para atendimento exclusivo para Microempreendedores Individuais da Região Norte.	*Investimentos para compra de máquinas, equipamentos e construção ou reforma do empreendimento; *Capital de giro.
	Microfinanças - Capital de Giro	*Capital de giro isolado para compra de insumos, matéria-prima e mercadorias.
	Microfinanças - Investimento Fixo	*Investimento fixo destinado à compra de ferramentas, equipamentos, máquinas (novos), realização de pequenas reformas e ampliações das instalações do negócio.
BB	PROGER Urbano Empresarial	Financiamento para investir em inovação, melhorias tecnológicas e aumento da capacidade produtiva da empresa.
	BB Capital de Giro Mix Pasep	*Empréstimo para fazer frente a compromissos financeiros das empresas; *Suprir necessidade de capital de giro para APLs.
	Balcão de Comércio Exterior (B2B Trade Portal)	Portal online B2B para promover e gerar negócios para as empresas brasileiras.
	Consultoria em Negócios Internacionais	Identificar oportunidades e alternativas de negócios para empresas que atuam ou apresentem potencial para atuar com câmbio e no comércio internacional através de suporte, orientação e apoio.
	Vitrine APL	Divulgação dos produtos dos APLs.
	Treinamento em Negócios Internacionais	Capacitações para estimular e promover o aprendizado nas micro e pequenas empresas contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país.
BNB	FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste)	*Contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste; *Programas de financiamento aos

		setores produtivos, em consonância com o plano regional de desenvolvimento.
	PRODETUR NE II	Direcionar e orientar esforços para capacitar os empresários, trabalhadores do setor e a população dos pólos, para o desenvolvimento do turismo sustentável visando um maior nível de eficiência na prestação de serviços turísticos.
	FNE PROATUR (Programa de Apoio ao Turismo Regional)	Integrar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, ensejando o aumento da oferta de empregos e o aproveitamento das potencialidades turísticas da Região, em bases sustentáveis.
	FNE MPE (Programa de Financiamento às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e ao Empreendedor Individual)	Fomentar o desenvolvimento das microempresas, empresas de pequeno porte e de microempreendedores individuais (MEIs).
	Editais Culturais via Lei Rouanet	Selecionar projetos de cunho cultural para os quais o Banco do Nordeste tem interesse em associar sua marca.
	Edital para patrocínio Institucional/Mercadológico	Selecionar projetos de cunho institucional ou mercadológico para os quais o Banco do Nordeste tem interesse em associar sua marca.
BNDES	BNDES Procult (Programa para desenvolvimento da economia da cultura)	*Desenvolver e fortalecer as cadeias produtivas da economia da cultura no País; *Descentralização da oferta de bens e serviços culturais; *Fomentar projetos de caráter estruturante que promovam o fortalecimento das cadeias produtivas da cultura.
	Cartão BNDES	Conceder crédito às micro, pequenas e médias empresas nacionais.
	BNDES Prodesign (Apoio a Investimentos em Design, Moda e Fortalecimento das Marcas)	Incentivar os investimentos que contribuam para a excelência em design, moda, desenvolvimento de produtos, diferenciação e fortalecimento de marcas.
	BNDES Automático	*Financiar projetos de investimentos para implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos.
	BNDES Finame	*Financiar a produção e comercialização de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional.
BRADESCO	CRED Investimento APL	Financiamentos de projetos de investimentos na produção.
	Capital de Giro APL	Atender às necessidades de capital de giro.
	CDC APL	Crédito para atender às necessidades na aquisição de máquinas e equipamentos novos e usados.

	Leasing APL	Aquisição de máquinas e equipamentos novos e usados.
	Capital de Giro Flex APL	Limite de crédito para atender às necessidades de capital de giro.
	Comprar Estoque Fácil APL	Linha de crédito destinada aos clientes que necessitam de recursos para aumentar seu estoque e para a aquisição de bens e serviços de seus fornecedores.
	Vendor APL	Limite de crédito destinado ao financiamento da venda de produtos de empresas participantes de APLs para seus clientes compradores.
	Microcrédito Produtivo Orientado	*Adquirir bens e equipamentos ou fazer pequenas reformas e ampliações; *O crédito também pode ser utilizado como capital de giro de sua empresa.
	Cursos Online Gratuitos	Aprimoramento pessoal e profissional. Todos com acesso livre e gratuito.
CAIXA	Cheque Empresa Caixa (CROT)	Capital de giro: ideal para suprir necessidades eventuais de crédito, antecipar recebíveis (cheque pré-datado, fatura de cartão de crédito, duplicatas etc.), com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, com pagamento único ou parcelado.
	Giro Caixa Instantâneo Múltiplo	
	Giro Caixa Fácil	
	Crédito Especial Empresa Caixa	
	Cartão Caixa Empresarial	
	Proger Investgiro PJ	Financiamentos: Ideal para ampliar os negócios, implantar sistemas de gestão empresarial, expandir, adquirir, realocar, recuperar e modernizar empreendimentos. Pode ser usado associado ao capital de giro.
	FINAME	
	BNDES Automático	
	Bens de Consumo Duráveis – BCD PJ	
	Cartão BNDES Caixa Mastercard	
	Consórcio Imobiliário e Consórcio Auto	Benefícios exclusivos para APL: Taxas e condições diferenciadas para empresas participantes de APL.
	Descontos de Títulos	
	Giro Caixa Fácil	
	BNDES Automático	
CNI	Participação no PROCOMPI	Elevar a competitividade das empresas industriais de menor porte, por meio do estímulo à cooperação entre as empresas, à organização do setor e ao desenvolvimento empresarial e territorial;
	MEI (Mobilização Empresarial pela Inovação)	*Movimento que visa a estimular a estratégia inovadora das empresas brasileiras e ampliar a efetividade das políticas de apoio à inovação; *Plano de ação para potencializar, fortalecer e elevar ainda mais a inovação empresarial no Brasil.

CODEVASF	Capacitações e Treinamentos dentro da estratégia de Desenvolvimento Territorial	*Promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais; *Fortalecimento e a dinamização da sua economia.
IEL	Projeto APLs (estudos, diagnósticos, definição de gargalos, planejamentos, captação de recursos, ...)	Desenvolvimento Regional
	PROCOMPI (Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Empresas)	Elevar a competitividade das empresas industriais de menor porte, por meio do estímulo à cooperação entre as empresas, à organização do setor e ao desenvolvimento empresarial e territorial.
	Capacitação e treinamento empresarial (palestras, cursos e informação)	*Cursos de educação executiva apresentam modelos de gestão praticados por empresas de referência no Brasil e no mundo; *Estimula o empreendedorismo e as práticas inovadoras por meio de workshops, palestras e eventos.
MAPA	AGROEX (Seminários do Agronegócio para Exportação)	Pretende disseminar informações estratégicas para o aumento da inserção do agronegócio brasileiro no mercado internacional.
	AGROINT (Curso de Integração para Exportação)	Visa aprofundar os temas apresentados no AgroEx e consolidar a cultura de integração contratual dos elos das cadeias produtivas do agronegócio, informar os procedimentos de exportação e desenvolver projetos de incubadoras.
SEBRAE	Consultoria	Realização de análise sobre o negócio, nos postos SEBRAE ou diretamente nas empresas.
	Cursos	Aprender desde as noções básicas de empreendedorismo até a gestão do próprio negócio.
SENAI	PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego)	*Democratizar o ensino técnico e qualificar os profissionais brasileiros *Oferece cursos de qualificação profissional
	Cursos através de Unidades Móveis do SENAI	*Oferecer educação profissional para localidades que não possuem escolas fixas do SENAI.
	Cursos EAD	*Iniciação profissional; *Qualificação profissional; Aperfeiçoamento profissional; *Habilitação profissional; *Aprofundamento da formação dos cursos de graduação (pós-graduação lato sensu)
SUDECO	Incentivos Fiscais	Estimulam a formação de capital fixo e social com vistas à geração de emprego e renda.
	FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste)	Contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

	FDCO (Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste)	Assegurar recursos para a realização de investimentos na área de atuação da SUDECO em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas.
SUDENE	Incentivos e Benefícios Fiscais	*Estimular, por meio da administração de incentivos e benefícios fiscais, os investimentos privados prioritários, as atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional em sua área de atuação; *Redução de imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no lucro da exploração.
	FNE (Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste)	*Contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste; *Programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o plano regional de desenvolvimento.
SUFRAMA	FIAM (Feira Internacional da Amazônia)	Promover o potencial econômico da região, incluindo produtos industrializados e regionais que utilizam matéria-prima da biodiversidade amazônica, bem como os atrativos turísticos e o estímulo ao intercâmbio científico e tecnológico, visando o desenvolvimento sustentável.
	Política tributária diferenciada	Diferenciada do restante do país, oferecendo benefícios locais para minimização de custos amazônicos.
	Ações de Apoio ao Turismo na Amazônia Ocidental e Amapá (Macapá/Santana)	Apoio às atividades relacionadas ao setor turístico em sua área de atuação, em parceria com as entidades gestoras desse segmento.
MI	Incentivos Fiscais	Instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que visam estimular a formação do capital fixo e social nas Regiões da Amazônia e Nordeste, com o objetivo de gerar emprego e renda e estimular o desenvolvimento econômico e social.
	Fundos Constitucionais de Financiamento (FNE, FCO e FNO)	Principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): parcela de recursos tributários da União são destacados para implementação de políticas de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades inter-regionais do País.
	Fundos de Desenvolvimento Regional (FDA, FDCO e FDNE)	Assegurar recursos para a realização de investimentos nas áreas de atuação das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste (SUDENE, SUDAM e SUDECO) em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de

		novos negócios e novas atividades produtivas.
MinC	Brasil de Todas as Telas	Estimular o desenvolvimento dos agentes econômicos e promover o acesso de um número cada vez maior de brasileiros aos conteúdos produzidos pelos talentos nacionais, em todas as plataformas de exibição.
	Pronatec Cultura	Oferece qualificação profissional que fortalece as cadeias produtivas da cultura, promovendo a formalização do setor, inclusão profissional e aumento da renda.
	Editais de Fomento à Produção Audiovisual Brasileira	Consolidar a política de fomento ao setor audiovisual, bem como garantir sua continuidade, por meio do apoio anual a obras audiovisuais e, ainda, assegurar o desenvolvimento de projetos.
	PRONAC (Programa Nacional de Apoio à Cultura)	Estimular a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais, proteger e conservar o patrimônio histórico e artístico e promover a difusão da cultura brasileira e a diversidade regional, entre outras funções.

Fonte: Elaboração própria a partir da consulta aos sites institucionais dos organismos.